

RPA/18



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 06

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
29 de Dezembro de 2018



RPALves

Assembleia Municipal

ACTA N.º 6

-----Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Tamára Alexandre Brandão Simão, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Miguel Ribeiro Pinheiro, António Gonçalves Cardoso, Maria do Céu Paulino, em substituição de Manuel Augusto Simões Rodrigues, Sara Rita Rodrigues Pedroso, João José Monteiro Figueira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Elisabete Simões Oliveira, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Luis da Silva Moreira Gomes, Tamára Alexandre Brandão Simão, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Rogério dos Santos Fernandes, em substituição de Miguel Mateus Teixeira, André Rodrigues Vicente, Mário Rui Adrião Gonçalves, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----



RPALV3

Assembleia Municipal

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Miguel Mateus Teixeira, Mário Pereira Gonçalves, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Ana Sofia Antunes, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges e Joana Rita Ribeiro Oliveira Gomes.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

1 - Leitura do expediente. -----

-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **António Gonçalves Cardoso**, informou que “foi recebida correspondência da empresa National Pen – envio de folheto promocional; da empresa Egoísta – envio de revista; da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça – convite para a inauguração do salão de reuniões da sede; AHRESP – envio de revista trimestral; da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – envio do Estudo “Políticas de Cidade, Actividades de Serviços e Atracção de Não Residentes”; do Movimento Mais Saúde Lorrão – Moção de apoio à Petição pela criação de Unidade de Cuidados Continuados no Lorrão; da Câmara Municipal de Arganil – convite para a 11ª edição de “Idosos em Movimento”; do Grupo Parlamentar do PSD – Pergunta/Resposta do Ministério do Planeamento e das Infra-estruturas; da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais – exortação da ANAM na Semana Europeia da Democracia Local; da ANAM – newsletter da ANAM de Outubro de 2018; da seguradora ZURICH – convite para ação de Reflorestação de Vila Cova de Alva; da Casa da Comarca de Arganil – convite para almoço comemorativo do 89º aniversário da Casa da Comarca de Arganil; da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça – convite para a abertura da XXXII Feira Franca de S. Martinho da Cortiça; da Comunidade Inter-paroquial da Serra do Açor e Vale do Alva – convite para a Festa de Natal do Idoso; da ANAM – para conhecimento, notificação da Sessão Diária de Visto do Tribunal de Contas; de Caminhos do Cinema Português – convite para o XXIV Festival; da empresa Águas de Coimbra – convite para a exposição “Mondego Espelho de Água”; do Centro Paroquial e Social do Sarzedo – convite para Festa de Natal daquela instituição; da empresa CIG – envio de folheto sobre Prevenção e Combate à



RPALus

Assembleia Municipal

Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica; da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – convite para Homenagem às vítimas do incêndio de 15/10/2017; da Revista Farmácia Portuguesa – envio de revista bimensal (set/out/2018); da Junta de Freguesia do Sarzedo – convite para a abertura do II Mercado de Natal; da Comissão de Melhoramentos do Agroal – envio de postal de boas festas; do INE – Instituto Nacional de Estatística – envio de informação estatística sobre o Município de Arganil; do grupo Cantares da Terra de Cascais – apresentação do Grupo de Música Popular Portuguesa; do Grupo Parlamentar Os Verdes – comunicação sobre colocação das Infra-estruturas de telecomunicações ardidadas nos incêndios de 2017; da GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua – envio de postal de boas festas; da Assembleia Municipal de Torres Vedras – envio de recomendação sobre Aeroporto Complementar de Lisboa; da Assembleia Municipal de Aveiro – envio de votos de boas festas.”-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, os quais serão arquivados na pasta de expediente recebido.-----

2 - Discussão e votação da Acta da Sessão Ordinária nº 4, realizada no dia 29 de Setembro de 2018, e da Acta da Sessão Extraordinária nº 5, realizada no dia 13 de Outubro de 2018.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar a acta nº 4, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 29 de Setembro de 2018. Deliberou ainda, por maioria, com sete abstenções, aprovar a acta nº 5, correspondente à sessão extraordinária realizada no dia 13 de Outubro de 2018.-----

3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir que “o pedido desta intervenção aqui tem a ver com uma temática que está inter-relacionada com aquilo que se coloca em cima da mesa, com o processo de descentralização de competências, por um lado, e, mais concretamente, naquilo que tem a ver e que está relacionado com o papel dos Presidentes das Juntas de Freguesia, na dinâmica territorial, naquilo que tem a ver a resolução dos problemas das pessoas. Nesse sentido, parece-nos francamente negativo que, num processo em que está a ser decidido um processo de descentralização de competências, não esteja a ser considerado também aquilo que é esse mesmo papel incontornável e insubstituível dos Presidentes de Junta. Nesse sentido, atendendo ao regime actual, aquilo que articulámos e que temos vindo a trabalhar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de União



RPALus

Assembleia Municipal

de Freguesia do concelho, é a elaboração de uma Moção; é uma Moção que apresentamos hoje aqui à Assembleia Municipal e que gostaríamos que pudesse ser apreciada pelos senhores deputados e objecto de uma tomada de posição.”-----

-----O Senhor Presidente da Câmara leu a Moção que foi distribuída a todos os deputados municipais e fica anexa à presente acta.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que “face à importância do tema, julgo que seria adequado abrir um pequeno período para intervenções sobre esta proposta que está em cima da mesa.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “em relação a este assunto, gostava de saber se esta Moção foi articulada com a generalidade dos Presidentes das Juntas de Freguesia; julgo que é importante sabermos se esta posição é pacífica, é unânime e é clara, sobretudo sobre os que, neste momento, exercem esta função no concelho de Arganil.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “acho que este assunto é de uma relevância que não pode ser entregue e discutido assim, porque a noção que eu tenho é que os Presidentes das Juntas de Freguesia têm um trabalho perfeitamente inqualificável; trabalham a toda a hora, qualquer indivíduo que tem problemas, e no concelho de Arganil quase só há problemas, qualquer Presidente de Junta está constantemente a trabalhar, preocupado com a água, com os esgotos, com as estradas, com o barulho, com o lixo, com uma infinidade de assuntos; é pena isto ser entregue assim; no global julgo que isto merecia ser tratado com mais tempo, com mais debate, com mais forma de pressionar ou mostrar aos governantes de Lisboa, de Coimbra, seja de onde for, que há aqui uma realidade que precisa de ser apoiada. Normalmente apoio uma Moção, mas julgo que os Presidentes de Juntas de Freguesia ou de Uniões de Freguesias, são os mais sacrificados no meio deste emaranhado de questões.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** para fazer “um apontamento muito breve da parte da bancada do PSD, no apoio a esta Moção, pois há dois aspectos que são determinantes, que é a valorização do papel dos Presidentes de Junta, que tem que ser reconhecido e valorizado e, por outro lado, o impacto positivo que teria na gestão do território e os benefícios que daí viriam para as populações, concordando com aquilo que o deputado Miguel Pinheiro disse, e estando certa que as preocupações e as opiniões dos Presidentes de Junta estão com certeza contempladas nesta moção.”-----

-----Pedi a palavra o senhor **Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura Serra** dizendo que “respondendo concretamente ao senhor deputado Miguel



RPALWS

Assembleia Municipal

Pinheiro, quero dizer-lhe que, por acaso, esta proposta foi apresentada por mim, já em reunião do executivo da Câmara com os Presidentes de Junta; é consensual, já foi falado em várias reuniões que tivemos, é uma preocupação que temos porque não é com 274,00 euros por mês que conseguimos suportar as despesas; qualquer dia temos que pagar para ser presidente de junta, porque temos que fazer quilómetros à nossa custa, temos que deixar a nossa família, temos que ter o nosso emprego para podermos ganhar o nosso salário e, nas horas extra e fins-de-semana, é que temos que abandonar a nossa família e andar a percorrer as nossas aldeias porque as nossas pessoas, embora sejam poucas, merecem todo o apoio e todo o carinho e por vezes não conseguimos dar esse apoio e esse carinho que eles merecem.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “o Senhor Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra acabou, de certa maneira, por responder. Este documento é o reflexo de alguma discussão, de alguma reflexão que temos vindo a fazer com os Presidentes de Junta e é uma constatação de largos anos daquilo que tem sido um aumento crescente de responsabilidades dos presidentes de junta, das juntas de freguesia; vale a pena relembrar que, independentemente de se tratar de uma freguesia com 80 ou 90 mil eleitores, ou com 80 eleitores, as responsabilidades legais de um presidente são exactamente iguais; o quadro legal é exactamente o mesmo, os recursos é que não o são e o reconhecimento do papel dos respectivos executivos também não é o mesmo. Aquilo que consideramos, provavelmente todos, sem grandes excepções, é que, numa boa parte dos casos, o papel de um presidente de junta em meio urbano é muito mais fácil, é muito mais simples, do papel que é exigido aos presidentes de junta em meio rural e o sistema legal que está montado não o reconhece, antes pelo contrário, discrimina negativamente essa situação. Esta Moção é o reflexo desta discussão que vimos fazendo com os presidentes de junta e consideramos que é da mais elementar justiça. Vale a pena relembrar que estamos a pretender que, por via do Orçamento do Estado, tal como acontece em relação às freguesias com mais de 10 mil eleitores, as remunerações destes presidentes, a tempo inteiro, possam ser directamente suportadas pelo Orçamento da República.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “se os senhores deputados estiverem de acordo, julgo que estamos em condições de podermos votar esta Moção; se ninguém se opõe, vou colocar esta moção à votação, não sem antes dizer que me associo a esta proposta, pois os presidentes das juntas de freguesia, que têm assento na Assembleia Municipal, são um pilar essencial no poder local democrático, e merecem este reconhecimento porque muitas vezes pagam para ser presidentes de junta e é da mais elementar justiça que possa ser resolvida esta situação.”-----



RPALus

Assembleia Municipal

-----**A Moção** sobre o Regime de Permanência dos Eleitos das Juntas foi aprovada, por maioria, com uma abstenção e será remetida ao Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Administração Interna; Secretário de Estado das Autarquias Locais; Presidentes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS, PCP, BE, Os Verdes e PAN; Deputados Eleitos pelo Distrito de Coimbra; Presidente da Associação Nacional de Municípios (ANMP); Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM-RC.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** dizendo que “a minha intervenção vai ser reportada ao passamento de duas pessoas que desempenharam um papel importante neste concelho; uma delas foi Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, o Senhor Armando Nascimento, que nos deixou e que, no último mandato, desempenhou a função de presidente da freguesia de Pomares. Outra personalidade que talvez não seja do conhecimento de todos os presentes, foi uma pessoa ligada a este concelho e que desempenhou aqui funções importantes na qualidade de veterinário municipal, o Dr. Vicente da Costa Pinto. Foram duas pessoas que deixaram neste nosso município, neste nosso território, um trabalho desenvolvido que temos que considerar importante. Gostaria que esta Assembleia Municipal se associasse com um voto de pesar.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “estamos todos irmanados do mesmo espírito do falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Senhor Armando Nascimento, que muito trabalhou em prol da sua freguesia, não apenas como autarca mas também como dirigente associativo. Todos nos associamos a essa partida do senhor Armando Nascimento, bem como do Dr. Vicente da Costa Pinto, uma personalidade ímpar do nosso concelho e que muito labutou; julgo que interpretarei aquilo que é o sentimento de todos, neste voto de pesar. Vamos guardar um minuto de silêncio em memória do Senhor Armando Nascimento e também em memória do Dr. Vicente da Costa Pinto.”-----

-----**A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em memória do Senhor Armando Nascimento e também em memória do Dr. Vicente da Costa Pinto.**-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para “sublinhar este voto de pesar pelo falecimento destas duas personalidades; no caso do Dr. Vicente da Costa Pinto, militante histórico do Partido Socialista, cidadão de grande valia e de grande exemplo cívico e que, para além de muitos cargos que exerceu, fez



RPA Alves

Assembleia Municipal

parte também de um conjunto de homens que não podemos deixar de relembrar, que em 1974 fizeram parte da primeira Comissão Directiva da Câmara Municipal de Arganil, depois do 25 de Abril. Esse conjunto de cidadãos de grande coragem merece a nossa homenagem e o Dr. Vicente da Costa Pinto fez parte desse conjunto e Arganil ficou mais pobre com o seu falecimento.-----

-----Antes dos assuntos que temos para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, gostávamos de chamar a atenção para a inoportunidade da marcação desta reunião da Assembleia Municipal para esta data; é de todo preferível que possamos fazer esta reunião de Dezembro mais cedo e parece até um bocado difícil de entender que, tendo o principal que vamos debater hoje, que é a discussão do Orçamento para 2019, tendo sido feita de uma forma, não vou dizer apressada, mas numa reunião extraordinária, para poder ser ainda em Outubro, estamos praticamente a discutir a sua ratificação na Assembleia Municipal, dois meses depois da sua aprovação na Câmara; não tem sentido, não me parece que tenha grande justificação, que se espere até ao final do ano, no meio do período de festas, para marcar esta discussão com evidentes consequências, até na presença de alguns deputados. Seria de repensar a melhor forma de agendar esta sessão para mais cedo, no mês de Dezembro.-----

-----Começo por um assunto que, com certeza, está à espera que eu questione, que tem a ver com a requalificação urbana da vila de Arganil; as obras não continuaram ao longo de todo o ano de 2018, foram suspensas em Agosto de 2017, mais uma vez numa tentativa de controlo de danos eleitorais por causa das eleições no mês seguinte e, de lá para cá, não voltaram a acontecer. Seguindo o exemplo de alguma contabilidade que foi dada aqui na sessão do dia do concelho em Setembro de 2018, nas sábias palavras do nosso Presidente da Assembleia Municipal, engenheiro Ricardo Pereira Alves, dizia que havia um hiato de espera para as obras da EN 342, de 430 dias; isso foi marcante e foi sublinhado. Na suspensão das obras de Arganil até hoje, estamos na bonita barra feia soma de 480 dias sem obras e nos primeiros 15 dias de Janeiro vamos chegar ao número redondo de 500 dias de obras suspensas na vila de Arganil. Julgo que é hora, tempo, de, depois das obras suspensas em Agosto de 2017, depois de uma apresentação pública de um projecto ou de uma intenção de projecto em Abril de 2018, depois de responder nesta Assembleia em Junho de 2018, que o projecto estava em análise interna pela Câmara, depois de nos garantir que as obras iriam começar em Outubro de 2018, não há sinais de apresentação final do projecto, porque nos foi dito que nessa sessão pública não se estava a falar de um projecto fechado, mas sim de uma intenção a discussão, esse projecto ainda não foi apresentado; não sabemos se já há versão final, não sabemos se já há proposta de reformulação física da obra, se há reformulação da candidatura ou em que pé é que está a relação com o empreiteiro, com o procedimento anterior que estava em curso. Da leitura da actividade do município, apesar de não falarmos sobre isso, eu por acaso tenho alguma curiosidade e vou vendo o Relatório da actividade do Município que nos é entregue,



RPALves

Assembleia Municipal

e não vejo nada referente às obras. Aliás, vi neste último que foi entregue, que a única referência ao procedimento da Requalificação Urbana da vila de Arganil tem a ver com uma resposta a um pedido de esclarecimentos do Tribunal de Braga.-----

-----Senhor Presidente, nós temos 3 perguntas sobre este assunto: primeira, que esclarecimentos foram pedidos pelo Tribunal de Braga em relação a esta questão?; segunda, quando é que será apresentada a versão final da obra ou do projecto?; terceira, quando é que recomeçam as obras em Arganil?"-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** referindo que “quero aproveitar este espaço para reforçar e para valorizar as iniciativas que foram desenvolvidas e ainda estão a ser no âmbito do Natal; esta época de festas onde não só recebemos algumas pessoas, mas também acredito e estou convicta que estas iniciativas podem servir para atrair mais pessoas para o concelho e para o centro das vilas e aldeias. Importa referir, por um lado, esta continuidade de iniciativa ligada ao comércio local, que já começa a ser algo a que as pessoas estão habituadas e procuram, e que incentiva este gasto nas lojas de comércio local e, por outro lado, esta iniciativa que se realizou pela primeira vez, que está ligada às coroas de Natal, e que podemos observar no átrio da Câmara. Relativamente às coroas de Natal, achava importante e lançava até aqui o desafio de se poder fazer um projecto comunitário, com mais tempo, em que esta decoração natalícia seja um desafio feito às Associações, às pessoas e habitantes, que se alargue ao concelho. Há dois aspectos importantes neste tipo de iniciativas, por um lado o embelezamento das nossas aldeias e das vilas, mas também o envolvimento das pessoas neste tipo de manifestações, que acaba por ser talvez o aspecto mais importante. Também pela primeira vez este ano, esta descentralização das iniciativas, com os cantares das janeiras em diferentes freguesias, que envolve diferentes áreas do território e as Tunas do concelho. Este tipo de iniciativas que envolve diferentes parceiros e que chega a pessoas diferentes, parecem-me importantes e parece-me que têm que ser valorizadas.-----

-----Referir também algo que é importante, e perceber que, para além destas iniciativas do município, outras freguesias desenvolveram iniciativas nesta época, o que é importante valorizar, e não podia deixar de referir que há problemas e desafios que todos identificamos, nomeadamente com a questão do esvaziamento dos centros históricos das vilas, mas acho que também é importante reforçar e valorizar todas as iniciativas que são desenvolvidas com o objectivo de solucionar essas questões, e acho que tem sido feito um esforço muito importante por parte do Executivo, de envolver comerciantes, associações, e outros parceiros, para resolver estas questões; é importante, neste espaço, valorizar estas iniciativas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “na continuação da Moção que foi aprovada, só vos queria referir que nós, no concelho de Arganil, estamos numa situação de pobreza, que resulta da nossa



RPA

Assembleia Municipal

ignorância; ignorância que vem de séculos; nós temos as melhores condições, temos dois rios permanentes, temos agora o aproveitamento de energias relativamente novas, de forma nova, e bem pagas, por isso, quando aqui falamos em presidentes de junta e uniões de freguesias, que têm muito trabalho, que não são remunerados, tudo isso resulta da nossa incapacidade de nos organizarmos. A Suíça é, de longe, um grande exemplo, com terrenos muito mais montanhosos e com temperatura mais agreste, do que as zonas do município de Arganil. Não temos sido capazes de introduzir as novas tecnologias, usando o nosso intelecto.-----

-----Quero dar os parabéns ao município por ter agora feito um Protocolo com a Escola Superior Agrária; esperamos que, com a colaboração de uma entidade dessa natureza, se vá a pouco e pouco aumentando a riqueza.-----

-----Não esqueço que a ignorância continua a manter-se, o facto de me atribuírem sete minutos de intervenção é a forma mais provável para haver mais ignorância; nós ainda não apreendemos que é do convívio e do diálogo, da discussão entre todos que somos capazes de resolver os problemas; por isso, os sete minutos, embora tenhamos na presidência da Assembleia Municipal e da Câmara gente que passou pelas universidades, a ignorância continua a pesar muito, é pena.-----

-----Outro aspecto é o Boletim que foi distribuído deste mês, vem com um espaço em branco; eu enviei dois textos que podiam perfeitamente abrir um pouco a imaginação e o diálogo para a população do município; não sei porque é que perderam meia página; isto é uma prova de não legalidade, porque a lei diz que os Boletins têm que conter a opinião de todas as posições políticas. Já dei esse documento.-----

-----Outro assunto é o nome de uma rua em Côja; continua a haver dificuldade, depois da Assembleia de Freguesia de Côja ter votado por unanimidade, que aquele nome não se devia colocar numa rua, é o nome de um médico que foi lá médico durante meia dúzia de anos, há mais de 80 anos, mas que durante a sua vida foi político, e foi político presidente da Câmara escolhido pelo Governo de Salazar em Gouveia, foi Governador Civil na Guarda, escolhido pela ditadura salazarenta e foi Ministro do Interior, quando os seus súbditos mataram Humberto Delgado e a sua secretária. Por isso, aqui continuamos a ter uma atitude antidemocrática.-----

-----Outro aspecto é o estacionamento para os deficientes, continuamos a não ter em Arganil número de estacionamento de viaturas suficiente para um deficiente que use cadeira de rodas; isto custa meia dúzia de tostões e uma pessoa faz isso em meio-dia; é uma pena, logo, uma atitude anti-social.-----

-----Tenho várias propostas, uma delas de natureza económica, é evidente que não vou poder dar todas as soluções, pois os senhores só me dão sete minutos. Quero saber o que se passa com um terreno da Benfeita, de que a Câmara é proprietária há 40 anos, e continua abandonado; outro dia com os incêndios ardeu tudo, incluindo a casa de habitação que eu tinha proposto há 12 anos para ser atribuída a Casa da Juventude; estão a ver, a ignorância a vigorar; espero que as novas



RPAHs

Assembleia Municipal

imaginações, as novas técnicas, possam permitir abrir um pouco a cabeça desta população, em que eu me incluo, é evidente.-----

-----Outro aspecto económico é desenvolver ou divulgar o trabalho feito pela IPSS do Barril, que está a produzir alimentos para consumir no Centro de Dia. Isto podia ser um aumento de riqueza e com o aumento de riqueza, nós teríamos a possibilidade de pagar aos presidentes das juntas e de uniões de freguesia e não ser apenas um trabalho suplementar.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou o senhor deputado que “tem que terminar a sua intervenção; estamos a cumprir o Regimento, que foi aprovado por 34, dos 35 deputados municipais.”-----

-----O Senhor deputado municipal **António João Lopes** continuou a sua intervenção, referindo que “é um regimento que tem muita ignorância.-----

-----Queria só fazer uma proposta que foi enviada mas que não foi discutida, de natureza cultural; temos vários monumentos de pequena dimensão no concelho, que não são reconhecidos nem estão inventariados; na aldeia da Esculca existe uma cruz do movimento desenvolvido no Rei D. João IV, devido aos problemas de guerras da independência da restauração, que me parece extremamente interessante. Na Sanguinheda existe uma fonte com um bonito arco em granito que devia ser salientado.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo “obrigado senhor deputado, a sua proposta foi distribuída a todos os membros da Assembleia. Não vai poder prosseguir; as suas propostas foram distribuídas pelos senhores membros da Assembleia Municipal.”-----

-----O Senhor deputado municipal **António João Lopes** disse ainda que “pois, mas ninguém propôs à discussão este estudo; é a ignorância a ter mais peso do que a inteligência.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse “senhor deputado, como democrata, não posso deixar de aceitar a natureza das suas intervenções mas, face àquilo que acabou de dizer, não vou responder à forma como dirijo os trabalhos, porque o faço no cumprimento do Regimento; apenas direi que a ignorância é muito atrevida e apenas direi que não incomoda quem quer, só incomoda quem pode.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** dizendo que “quero, nesta minha intervenção, fazer referência àquela que espero tenha sido a primeira de muitas edições do desafio Picos do Açor; nos passados dias 15 e 16 de Dezembro realizou-se em Arganil um evento que, embora possa ser pouco valorizado por algumas pessoas, é um evento que juízo ter um enorme potencial.-----



RPAL

Assembleia Municipal

-----Afirmando isto por diversos factores, que passo a enumerar: primeiro, pelo facto do Trail ou corrida de montanha ser um desporto em franco crescimento, no panorama desportivo mundial, o que atrai cada vez mais atletas; segundo, por se tratar de uma primeira edição, que conseguiu atrair cerca de mil atletas, ou seja, limitou as inscrições disponíveis, o que é um feito notável; terceiro, por se tratar de uma prova organizada por especialistas e não por pseudo-especialistas, falando de atletas que são campeões nacionais de trail e de ultratrail e que aqui treinam diariamente e conhecem estes trilhos como ninguém; quarto, por ser uma prova diferenciadora de muitas realizadas na actualidade, quer em termos de traçado, acima de tudo em termos de traçado, e devemos isso ao potencial que temos nesta serra, Serra do Açor; quinto, por existir em Arganil uma infra-estrutura única na região, que permite albergar todo o processo que um evento desta natureza implica e aqui refiro-me, como é evidente, ao edifício da Cerâmica Arganilense.-----

-----Tive o prazer de participar neste evento de três formas diferentes: enquanto membro que prestou a ajuda possível no que à organização da prova diz respeito, enquanto patrocinador, e enquanto atleta; fraco atleta, diga-se, fazendo o percurso de 18 quilómetros. Em todo este envolvimento consigo constatar que, com o devido apoio a esta organização, conseguirá tornar este evento como um evento de referência a nível nacional. Percebi que vale a pena apoiar iniciativas diferenciadoras e com potencial de afirmação, e que esta serra, estes trilhos e estas condições, marcaram muito positivamente todos os presentes. Acho que, para medirmos devidamente o potencial deste evento, devemos olhar para um exemplo que vem de Miranda do Corvo, de uma Associação chamada Associação Abútrica, que em 2011 realizou a primeira edição de uma prova chamada Trilho dos Abutres. Em Junho de 2019 irá receber nesses mesmos trilhos o campeonato do mundo de Trail, um evento que trará os especialistas da modalidade a competir nesta região envolvendo mais de três mil atletas no total. Nestes especialistas estarão o André Rodrigues e o Romeu Gouveia, dois dos organizadores dos Picos do Açor, a lutar por esse título mundial. Podem neste momento perguntar porque fui buscar este exemplo, a minha resposta é simples: dos atletas experientes com os quais tive o prazer de falar, após a prova, todos colocaram o desafio picos do Açor ao nível dessa prova. Quero com isto dizer que, com trabalho, com o apoio correcto, com vontade em fazer acontecer, talvez possamos trazer à nossa terra o mundial desta especialidade e, quem sabe, somá-lo a mundiais de outras especialidades.-----

-----O potencial da Serra do Açor, para os desportos de outdoor, é inegável e algo que devemos ter a preocupação de afirmar. Depois da afirmação da Maratona de BTT de Arganil, o desafio Picos do Açor veio em muito contribuir para essa afirmação.-----

-----Gostaria ainda de acrescentar o positivo que foi a coincidência da realização deste evento com a terceira edição do Mercado de Natal de Arganil. Um evento também ele merecedor de destaque, pela introdução de algumas novidades e pela vida que traz à nossa vila. Tal permitiu que os atletas e as famílias que se



RPALus

Assembleia Municipal

deslocaram a Arganil, tivessem mais um ponto de interesse para visitar, que pudessem completar o seu dia provando alguma da nossa gastronomia, ver algum do nosso artesanato, e passarem mais alguns bons momentos de saudável convívio. -----Ao município de Arganil, às freguesias de Arganil e Folques, em particular, e a todos os restantes patrocinadores no geral, o meu agradecimento pelo acolhimento que deram a esta ideia, fazendo o possível para que a mesma vingasse e que assim se semeasse a semente que de futuro poderá vir a trazer muitos frutos positivos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **João Figueira** dizendo que “quero falar de 3 assuntos; o primeiro, para me congratular com o arranjo da EN 342, no troço entre o limite de Côja e o cruzamento dos Vales; só queria chamar a atenção para a falta de marcações nesse troço da estrada e quero apontar para duas situações que vejo, não sendo eu engenheiro, mas que me parece que para a circulação não estará a ser feito da melhor forma: reparei que estão a acabar as bermas mesmo à beira do alcatrão, ou seja, desaparece um pequeno espaço intermédio que havia entre o alcatrão e a valeta, não sei se é para ser repostado no fim das obras, mas isso não me parece grande coisa, porque na beira da estrada caímos logo na valeta; outra coisa tem a ver com, não sei o nome técnico daquilo, mas tem a ver com os triângulos que são postos, por exemplo em Côja, no acesso à Zona Industrial, na EN 342, bem como junto à Casa da Criança, aquilo não são triângulos mas funciona como tal; um deles é num acesso à Zona Industrial, não estou a ver como é que um camião, com um semi-trailer consegue rodar ali; o traçado não permite que se cruze a EN 342 para a Zona Industrial; ao colocarem aquilo no meio, um camião só tem uma forma de fazer a manobra, que é ir em contra-mão; acho que aquela solução terá que ser reequacionada, a não ser que entendamos que numa Zona Industrial não haja acesso a camiões, o que seria um contra-senso, ser um acesso a uma zona industrial e não facilitar o acesso a camiões. De qualquer forma, quero congratular-me com as obras e com o arranjo até aos Vales, como eu tinha sugerido; acredito que não foi por eu ter sugerido que a obra foi feita, mas está feita e ainda bem.-----

-----Queria dar os parabéns ao executivo municipal, na pessoa do Senhor Presidente, naturalmente, mas também da Senhora Vereadora Dra. Paula Dinis, pela iniciativa que levou a cabo no passado mês de Novembro, de celebrar o centenário do término da 1.^a Grande Guerra; uma sessão que, infelizmente, não contou ou melhor, das pessoas aqui presentes nesta sala, contou com a presença de 3 delas, eu, a Senhora Vereadora Paula Dinis e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil. Sendo nós uns orgulhosos arganilenses e gostando de falar nisso, gostar dos arganilenses significa gostar das pessoas que fazem a identificação deste território e daquilo que são as nossas comunidades. Arganil tem um núcleo de antigos combatentes, que estavam massivamente presentes, e ainda bem, e numa questão tão delicada como esta, no meu entendimento, que é honrar aqueles que mais do que quaisquer outros põem a sua vida ao serviço dos outros, que deva merecer uma maior relevância, uma maior atenção. Nós começámos esta



Assembleia Municipal

Assembleia dignificando o trabalho dos Presidentes das Juntas de Freguesia, mas convenhamos, nenhum presidente da junta de freguesia ou deputado municipal, dá a vida pelos seus compatriotas. Os soldados, tragicamente, poderão dar, por isso, um momento destes devia merecer uma atenção redobrada e um carinho maior na sua dignificação.-----

-----Um terceiro assunto e último: recorrentemente ouço, a propósito de haver iniciativas noutros municípios tendentes a atrair pessoas no regresso, sejam da Venezuela ou de outro sítio qualquer; tragicamente, por razões menos boas, mas que vêm, e há alguns municípios a criar condições para trazer as pessoas de volta. Recentemente soube também de um programa que está a ser levado a cabo por associações ligadas ao Estado, de cativar investimento da diáspora portuguesa para Portugal; a uma escala um bocadinho diferente, convinha, porventura, Arganil pensar no mesmo. Nós que tanto orgulho temos na nossa diáspora, ela não deve cingir-se a matarem saudades quando cá vêm no Verão e receberem a «Comarca de Arganil», deve ser muito mais que isso, é trazer o seu investimento de volta, do sítio onde estão; Arganil só sobrevive, não num sentido literal, com pessoas, com mais pessoas, não é só com eventos, nem é só mantendo o associativismo, porque por exemplo na minha aldeia existem 4 associações, mas as pessoas são as mesmas, que se desdobram pelas 4 associações, pois não existe gente para alimentar tanto associativismo; não vale a pena elogiar o associativismo quando depois as pessoas se desdobram entre as 3 ou 4 associações que existem lá; o que se passa na minha aldeia passa-se nas outras, com certeza. Atenção, porventura a coisa mais importante, e já aqui o referi e reitero, pessoas, precisamos de pessoas; temos que ter capacidade, temos que inventar estratégias e trazer pessoas de volta para Arganil. A diáspora arganilense é toda bem-vinda, a dos outros também.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Carlos Nobre** dizendo que “quero, antes de mais, fazer um pequeno esclarecimento, para que ninguém fique erradamente informado: a IPSS do Barril já não tem nenhuma exploração agrícola, pois os resultados financeiros que a mesma tinha eram negativos, ano após ano, e a nova direção da IPSS decidiu acabar com a referida exploração; a intervenção do senhor deputado António João Lopes revela a pouca atenção da sua parte, talvez resultado do pouco tempo que passa por cá, ou então revela ignorância acerca deste assunto.-----

-----Quero referir a homenagem à população da União das Freguesias da Cerdeira e Moura da Serra, que decorreu no passado dia 8 de Dezembro, na Cerdeira, e onde se pode ler *“louvamos todos os que lutaram pelas nossas aldeias e pela nossa gente e os que perderam a vida na catástrofe que nos assolou, em 15 de Outubro de 2017. Para sempre recordados”*. Refiro-me em concreto a algumas situações que me são mais próximas, mas sobretudo para reconhecer a força de tanta gente que viveu momento verdadeiramente dramático, com perdas humanas e que, assim como lutou no dia 15, luta agora para recomeçar. Estamos na eminência de um novo ano e por



RPALus

Assembleia Municipal

isso parece-me essencial que, honrando e dignificando e não esquecendo tudo o que foi vivido, sejamos capazes de colocar o olhar no futuro e um olhar também preocupado e atento, mas ainda mais convicto, que seremos capazes de voltar a construir e refazer o que estava feito. É tempo de renascer.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** dizendo que “o primeiro assunto que quero abordar é a enorme satisfação que sinto por, mais uma vez, a RTP ter vindo ao Piódão, como já é hábito, desta vez celebrar o Natal. Acho que foi um programa de divulgação não só do Piódão como também do concelho de Arganil; pelo que se constatou houve muitos intervenientes, publicitou-se Arganil, divulgaram-se alguns eventos como o Ultratrail como há pouco foi dito. Acho que foi bom para todos e a RTP, pelo que manifestou, estará sempre interessada em fazer programas desta natureza, desde que seja do interesse do concelho de Arganil e do Piódão. Eles dizem que é a aldeia presépio, toda a gente conhece o Piódão com esse nome, como estava na altura do Natal, espírito natalício, no final disseram-nos que ali havia condições para no futuro de ali fazer um evento anual, nesta época do Natal; isto foi apenas uma amostra daquilo que se poderá fazer, acho que a própria configuração da aldeia oferece essas condições, teremos que no futuro pensar seriamente nisso, porque eles têm vontade de continuar a fazer esse programa; se há sítios onde se pode fazer um programa de Natal ao vido, é no Piódão; se é aldeia presépio vamos ter que aproveitar e vamos ter que pensar bem as coisas nos próximos anos; espero e penso que a Câmara estará disponível para isso; na altura estive a falar com a senhora vereadora Paula Dinis e ela também manifestou vontade, até porque se fizeram uns pequenos arranjos e iluminações no largo principal, que foi um bom princípio, no futuro vamos pensar de outra maneira.---
-----Ainda relativamente à marcação da estrada, nós já fizemos a limpeza que nos foi pedida pelo município de Arganil; ainda esta semana, pessoalmente tive essa experiência complicada, do nevoeiro cerrado em plena serra, as marcas não se vêem na maior parte dos casos e é problemático; os turistas andam lá na serra, perdem-se, vão para os estradões de terra batida, as águas têm esventrado as terras todas, ficam lá os carros presos, tiveram que ser resgatados deixarem lá os carros e pernoitar no Piódão e no dia seguinte é que foram retirar os carros; acho que está na hora de fazermos esse tipo de trabalho, bem como os raids de proteção, porque com o nevoeiro, facilmente se cai naquelas ravinas e se isso acontecer, não há hipótese, se lá cai alguém, como já aconteceu há uns anos, é muito complicado; estou farto de falar nesse pormenor, não sei se a candidatura que o senhor presidente da Câmara tinha metido nesse sentido está aprovada, mas tem que se pensar seriamente nisso.
-----Também a sinalética acho que já vai sendo tempo, as pessoas estão sempre a queixar-se que vão daqui para o Piódão, de Côja, a sinalética está destruída, enganam-se, vão parar a outras aldeias, não quer dizer que não sejam lá bem recebidos, mas acabam por andar ali de noite, às vezes.-----



RPA lus

Assembleia Municipal

-----Em último lugar queria falar da estrada Piódão – Vide, há uns dias atrás houve um encontro entre a Câmara Municipal de Arganil, a Câmara Municipal de Seia, a Junta de Freguesia do Piódão, a União das Freguesias de Vide e Cabeça, senti que há vontade de todas as partes de que isso seja uma realidade nos próximos tempos, há que fazer o projecto como ficou decidido na altura, para que se avance porque há ali um estrangulamento muito grande entre o Piódão e a Serra da Estrela, entre o Piódão e as outras 11 aldeias históricas que compõem o conjunto das aldeias históricas de Portugal, e aquela estrada tem 40 anos, já não se admite que esteja naquelas condições, porque passarem ali autocarros, trânsito pesado, com a estrada naquele estado, já não é dignificante para nenhum de nós.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “o senhor deputado Miguel Pinheiro começou por se referir à inoportunidade da data desta sessão da Assembleia Municipal e, enquanto estava a falar, eu estava a recordar as palavras que foram ditas aqui no início da Assembleia Municipal, relativamente aos Presidentes de Junta e, particularmente, em relação à circunstância de trabalharem 365 dias por ano; uma data, para nós, normal e em alguma altura esta Assembleia teria que ser realizada. Como poderão constatar pela convocatória há matérias que, se não fosse nesta data, não teria sido possível introduzir.”-----

-----Relativamente à Requalificação do Espaço Público, não posso deixar de responder à alfinetada que lançou e passo a citar, do *controlo de danos eleitorais*; devo lembrar e recentrar que houve dois problemas gravíssimos que se verificaram no decurso da empreitada: por um lado, é certo que o empreiteiro teve um desempenho e isso está documentalmente demonstrado, que não estava à altura daquilo que lhe era exigido, mas, ao mesmo tempo, também está demonstrado que o projecto de execução padecia de um conjunto de insuficiências ou um conjunto de deficiências mesmo, que tornaram insanável a conclusão daquele processo. Vale a pena recentrar as coisas, não estamos a falar de questões eleitorais, estamos a falar de dificuldades concretas, de problemas concretos, com o empreiteiro e com o projecto de execução, que não era bom. Paralelamente, e naquilo que foi o paralelismo que estabeleceu com a EN 342, se quisermos falar da mesma coisa, vamos ter que recuar muito lá atrás, seguramente mais de 10 anos, entre aquilo que foram os anúncios desta obra, que nem era bem esta versão, era uma versão muito mais interessante para a região, mas que também todos percebemos, da pior maneira, que nunca será uma realidade; se quiser fazer o paralelismo tem que comparar dez anos com aquilo que se vier a verificar relativamente a este processo. Os 430 dias a que se refere e que o senhor Presidente da Assembleia Municipal se referiu, tem a ver com o lançamento de um concurso e aquilo que teve a ver com o momento da adjudicação, são coisas totalmente diferentes.”-----

-----Colocou também a questão da discussão do projecto de execução; em relação ao projecto de execução, houve um momento para o recebimento de contributos, o projecto de execução já foi entregue, está neste momento, do ponto de vista



RPALus

Assembleia Municipal

processual, a ser apreciado internamente, e quando falo do ponto de vista processual tem a ver com a integração de todas as peças que são obrigatórias e logo que esse processo esteja concluído trataremos de submeter em primeiro momento à Câmara Municipal para aprovar o projecto e o procedimento e depois, por submetê-lo ao mercado. É esse o ponto de situação, contamos que seja um processo relativamente rápido. Relativamente ao relacionamento com o empreiteiro, como já ficou patente, a empreitada que estava contratada não é passível de concretização, pelas mais diversas razões, quer por aquilo que aconteceu até ao momento em que ela foi suspensa, quer por aquilo que tem a ver com o novo projecto de execução; já houve notificação ao empreiteiro da intenção da resolução da empreitada, neste momento está em fase de audiência dos interessados, e quando ficar concluído este prazo da audiência dos interessados, que é já nos primeiros dias de 2019, o processo será depois remetido à Câmara para uma decisão final relativamente a esta intenção de resolução contratual.-----

-----Referiu também a questão de esclarecimentos acerca de um ofício do Tribunal de Braga, devo reconhecer a sua enorme capacidade de recolher esta informação, porque eu próprio não tinha percepção que tinha dado aqui entrada um ofício do Tribunal de Braga, a pedir informações, e onde esta empreitada era relatada; dar-lhe os parabéns pela facilidade com que teve acesso a esta informação, que me parece que será interna. Esta solicitação não tem rigorosamente nada a ver com a empreitada em questão, aquilo que o Tribunal de Braga perguntou foi se uma determinada empresa que, pelos vistos, tem um processo de litígio com a Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste, se tinha concorrido ou não a este procedimento; como pode constatar, não tem directamente nem indirectamente nada a ver com o processo de que estamos aqui a falar.-----

-----Quanto à intervenção da senhora deputada municipal Elisabete Oliveira quero agradecer as palavras que deixou e sublinhar aquilo que é uma aposta muito forte que fazemos ao nível da dinamização do comércio tradicional e da dinamização daquilo a que nos habituámos a chamar de centro histórico de Arganil. Foi também possível, neste espírito de dinamização do território e do centro histórico, foi algo que fizemos de uma forma articulada e de uma forma planeada, mas foi possível tirar partido das várias iniciativas que estiveram a decorrer em paralelo neste final de semana, nomeadamente aquilo que foi o potencial gerado por este recurso que temos no território, o aproveitar deste recurso, nomeadamente através da realização da prova de Trail, que permitiu fazer aqui, ao mesmo tempo que atraiu muita gente a Arganil, permitiu fazer estas pessoas circularem pelo espaço central da vila e pelo mercado de Natal.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado António João Lopes, consigo resumi-la em 3 ou 4 frases; aquilo que se pode constatar é que, claramente, quem não pensa como o senhor deputado é anti – democrata e quem não pensa como o senhor deputado é ignorante e quem não tem as suas ideias é anti – social;



RPALus

Assembleia Municipal

basicamente, acho que isto resume a sua forma de pensar; provavelmente terá grandes elogios em relação aos regimes altamente democráticos da Venezuela, talvez de Cuba, provavelmente da China, também terá grandes elogios relativamente a esses grandes exemplos democráticos, mas mais não digo. Digo, contudo, que relativamente à Quinta do Dr. Urbano, foi um imóvel destruído no âmbito dos incêndios de Outubro de 2017, é um dos imóveis que está integrado na candidatura de reposição das infra-estruturas públicas danificadas pelos incêndios, e que contamos seja possível considerar nesse âmbito.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, quero sublinhar aquilo que referiu, o potencial que temos no território, potencial natural, por um lado, que permite formar campeões, e é disso que estamos a falar, temos características geográficas e orográficas que permitem, quer do ponto de vista dos treinos, quer do ponto de vista das competições, trilharmos um caminho muito sólido nesta matéria, mas também como registou e muito bem, não basta ter os recursos, é necessário também ter a logística, e nesta matéria em particular, e foi algo que a organização reconheceu e sublinhou desde o primeiro momento, foi que se não houvesse a logística e se não existisse um espaço com a polivalência que tem a Cerâmica Arganilense no seu complexo total, não teria sido possível promover e realizar esta iniciativa. Agradecer as suas palavras, quer na componente da prova quer naquilo que tem a ver com o estímulo da economia local e também uma palavra de muito apreço relativamente à organização, esta associação que deu muito de si, de uma forma voluntária para a promoção e para a realização deste evento, mas também às juntas de freguesia que se associaram, nomeadamente a de Arganil e a de Folques, que se associaram de uma forma muito vincada, para que esta prova pudesse ser realizada e concluída com sucesso.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado João Figueira, relativamente à EN 342, essa intervenção é uma intervenção de reabilitação entre o cruzamento dos Vales e Avô, que está a ser realizada pela Infra-estruturas de Portugal, é uma intervenção que consideramos de resolução dos problemas mais prementes, porque como disse aqui, há algum tempo, há o compromisso da Infra-estruturas de Portugal de no início de 2019, avançar com o projecto de requalificação também para o troço entre Côja e Avô. Como sabem, o projecto que existe prevê a requalificação da EN 342 entre Arganil e Avô, por questões orçamentais a Infra-estruturas de Portugal dividiu esse projecto em duas partes, uma parte até Côja e o outro troço entre Côja e Avô; este assunto já foi discutido em reunião de Câmara e é essa a posição que tomamos, de, a partir do início do ano, solicitar que a intervenção possa ser concluída com a abrangência que estava prevista.-----

-----Relativamente a outros aspectos críticos que referiu, também já me apercebi deles; relativamente às bermas, já sinalizei esta circunstância ao Presidente do Conselho de Administração da Infra-estruturas de Portugal, não me parece muito adequado que esteja a ocorrer uma supressão total das bermas, parece-me que eias



RPALus

Assembleia Municipal

fazem falta não só naquilo que tem a ver com a circulação pontual de peões, mas também com as escapatórias que às vezes é necessário ter quando há cruzamento de veículos de maiores dimensões. Tomar nota e reconhecer a iniciativa relacionada com o centenário do término da 1ª Grande Guerra, e sublinhar o papel e o trabalho que a Senhora Vice-Presidente, enquanto titular do pelouro da Cultura, tem desenvolvido nesta área.-----

-----Em relação ao apontamento sobre a atracção de pessoas para o território, temos vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam potenciar esta atractividade, quer do ponto de vista do apoio no acolhimento, quer do ponto de vista das medidas ao nível da fiscalidade, quer ao nível de tarifários, quer ao nível das condições de recepção destas pessoas, e por alguma razão constatamos que temos hoje já no território mais senão é população nativa, mas são migrantes, são dos nossos, enquanto grande espaço que é este espaço europeu, temos já 400 migrantes de países estrangeiros que estão a viver em Arganil e isso alguma coisa certamente significará.-----

-----Quero associar-me às palavras do senhor deputado Carlos Nobre, relativamente à homenagem que foi promovida na Cerdeira.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, dizer que foi realizada uma reunião durante a semana com as juntas de freguesia, onde este tipo de situações foi discutido, mas ainda assim há matérias acerca das quais falarei depois, numa intervenção mais abrangente que farei mais à frente. Em relação à marcação da estrada, devo lembrar e informar, como tenho vindo a dizer, particularmente aos senhores presidentes de junta de freguesia que há uma empreitada para sinalização horizontal, empreitada essa que, curiosamente, era para ter tido início na freguesia do Piódão e não foi possível iniciar nessa freguesia, nomeadamente na ligação à Malhada Chã, porque na altura a limpeza das bermas não estava ainda concluída, tendo havido depois uma alteração e tendo iniciado a empreitada pela freguesia de Pombeiro da Beira; esta empreitada está neste momento pelas questões climatéricas relacionadas com a chuva, suspensa, mas contamos retomá-la logo que as condições climatéricas o permitam."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para perguntar se havia mais inscrições e informando o senhor deputado municipal António João Lopes que já não dispunha de tempo de intervenção, a não ser que alguma das outras bancadas lhe dispensasse tempo.-----

-----O senhor deputado municipal **António João Lopes** perguntou ainda se "não há possibilidade de diminuir um pouco a ignorância? É que eu sou ignorante."-----

-----Pedeu a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** para dizer "senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeço o seu esclarecimento sobre o



RPALus

Assembleia Municipal

ponto de situação das obras; quero, desde já, tirar qualquer tipo de sobrecarga sobre os parabéns que me dá por ter acesso à informação, ela foi num documento que a Câmara enviou, está lá no Relatório de Actividades, algum técnico que preencheu uma resposta a um pedido de esclarecimento do Tribunal de Braga; foi só abrir o documento que me mandaram e ler, não foi mais nada, tive eu acesso a essa informação, como qualquer um dos presentes na Assembleia Municipal, faz parte do relatório de actividades da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município; foi o Senhor que me enviou a mim, como enviou às outras pessoas todas.-----

-----Em relação a essa questão é importante então que o projecto possa chegar à Câmara Municipal para ser aprovado, possa chegar ao mercado para poder ser alvo de concurso e que então as obras decorram com a brevidade que se pretende, até porque, o período de que falei há pouco, de chegar em Agosto aos 500 dias de suspensão da obra, vai facilmente galopar e obviamente que isso é uma preocupação acrescida, mas também pode pôr em causa, julgo eu, e depois podemos falar disso mais à frente, a própria demonstração real da capacidade do município, em termos de gestão de obra pública, que não tem sido propriamente brilhante, permita-me que lhe diga, porque as últimas obras, a última execução de candidaturas tem sido coroada ou com algumas dificuldades tanto ao nível da sua concretização, como ao nível de problemas que são evidentes, após a sua conclusão, e estou a lembrar-me do caso do Sub-Paço, que está por concluir, e no caso da Cerâmica que tem tido ao longo dos tempos óbvias deficiências de construção. A questão das obras no centro da vila de Arganil começou mal, está parado, esperamos todos que possa acabar bem.-----

-----Em relação à contabilidade da obra e esta questão dos dias, sei que é totalmente diferente a questão da EN 342 e a questão que foi referida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal no dia do Município; houve sim um paralelismo do escrutínio da suspensão da falta de execução, que é feito ao dia; estou certo que, se a EN 342 parar, por alguma razão, a sua obra, teremos a bancada daquele lado a escrutinar ao dia, quantos dias é que ela vai ficar parada; estou seguríssimo disso. Esta questão de fazer o paralelismo com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acho que faz sentido, até porque é o nosso papel, nós estamos aqui para escrutinar a sua actividade para que possa melhorar e eu tenho a certeza que o senhor Presidente também terá já melhorado com algumas chamadas de atenção que fomos fazendo ao longo dos tempos e a sua ação pode ter ganho em qualidade e eficácia por algumas chamadas de atenção que são feitas pelos meus camaradas na Câmara e pela nossa bancada; estou certo que todos podemos aprender uns com os outros.-----

-----Gostava de colocar outra questão que tem a ver com o Museu Internacional do Rali; na Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2018, o Senhor Presidente deu o prazo limite para o projecto no final deste ano de 2018; estamos no final do ano de 2018, o projecto internacional do Museu do Rali, como vamos ver na discussão



RPA

Assembleia Municipal

seguinte, cai com enorme estrondo no Orçamento para 2019, e eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente o que vai acontecer, que ideia estratégica temos para o edifício da Cerâmica Arganilense, que podemos retirar deste, seguindo as palavras de uma sua companheira ilustre, deste “inconseguinte” do Município de Arganil em relação à execução de uma obra e de um projecto que foi, na altura, tido como inovador, marcante, uma referência regional, nacional, e uma locomotiva incontornável para trazer algum investimento e alguma animação ao concelho, e neste momento, estamos num período em que precisamos ouvir de si, que estratégia tem para dar conta de um plano C para a Cerâmica; esta é uma questão que custou algum dinheiro ao município, custos directos, em estudos, já gastos cerca de 80 mil euros, e todo o investimento de tempo, de esforço e até de exposição na altura do senhor Presidente da Câmara, de exposição mediática e política, que redundou até agora em nada. A nossa pergunta é qual é o plano? Se este fogacho que pode acontecer com a expectável e desejável edição do Rali de 2019, passando por Arganil, é uma bolha de oxigénio para este projecto, e ele vai continuar, aparentemente não, porque não está no Orçamento. Senhor Presidente, esta é a altura para nos dizer o que vai fazer com o espaço da Cerâmica que estava dedicado ao Museu Internacional do Rali.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** para fazer “uma nota dirigida ao Senhor Deputado António João Lopes, em relação à linguagem que utilizou e que é pouco normal ser utilizada pelos membros desta Assembleia; acho que não foi dignificante a sua intervenção; pessoalmente, senti-me envolvido na onda de ignorância em que ele quis colocar todos os membros desta Assembleia. Depois estranha que as propostas que apresenta e que faz chegar à mesa da Assembleia, não sejam aqui discutidas; a razão é muito simples: as propostas que apresenta são inúteis, vazias, utópicas, e por isso não têm aceitação e nenhuma das bancadas está disposta a discuti-las. É pena que neste país haja um mundo de ignorantes e que nesta Assembleia só haja um iluminado, que é o senhor deputado António João Lopes.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Nuno Espinal** para referir que “não sei se ontem viram o Diário de Coimbra que, na primeira página, tem a ocupar grande espaço, uma fotografia da Igreja do Convento de Vila Cova, e que refere aldeia monumental do concelho de Arganil e do Distrito de Coimbra. Depois, duas páginas ocupam o Diário de Coimbra com referências a Vila Cova; ao mesmo tempo que fiquei satisfeito, pois Vila Cova é uma aldeia que trago sempre comigo no coração, ao mesmo tempo fiquei receoso, porque se o efeito do Diário de Coimbra for aquele que é expectável, haverá pessoas que ficaram com curiosidade de visitar Vila Cova e vão ter uma grande decepção, quando verificarem que esses monumentos que estão referidos, neste momento estão degradados, estão numa situação de grande degradação, em especial a igreja do Convento. Queria aqui, mais



RPALWS

Assembleia Municipal

uma vez, fazer um apelo para que seja dada atenção à forma de se poder inverter esse processo de degradação que está a acontecer nos monumentos de Vila Covã; Vila Covã será das poucas aldeias do concelho de Arganil que têm um valor patrimonial em termos de monumentos tão alto. Queria pedir, e eu sei que o esforço financeiro da Câmara não chega para a recuperação dos monumentos que estou a referir, nomeadamente a Igreja do Convento, que está muito degradada e a própria Igreja Matriz, que tem os caixotões do tecto a precisar de obras há muitos e muitos anos, e nunca foram feitas. Já se falou em peditórios junto da população para que isso pudesse ser feito, mas é completamente impossível, numa população de 120 pessoas, esperar que haja suporte financeiro ou que haja possibilidades de, financeiramente, poderem acudir à necessidade de obras e de recuperação que estão patentes em Vila Covã. Eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara, que já estará certamente sensibilizado para a situação, que pudessem ser feitos esforços junto de entidades não só portuguesas, mas no estrangeiro nomeadamente através da União Europeia, para que Vila Covã pudesse recuperar os seus monumentos e pudesse ser um espelho do concelho; nessa altura acho que sim, que valeria a pena chamar pessoas ao concelho de Arganil e a Vila Covã, para poderem ver os seus monumentos; neste momento tenho muitas dúvidas que isso não crie uma grande decepção a quem, um bocadinho envolvido por aquilo que foi ontem a notícia do Diário de Coimbra, não possa depois chegar a Vila Covã e verificar que há monumentalidade, de facto, mas essa monumentalidade carece que seja revista em termos de fazer as obras, que são necessárias.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo “senhor deputado António João Lopes, por uma questão de tolerância, vai dispor de dois minutos adicionais, para poder usar da palavra; espero que o cumpra.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “para defesa da honra, peço a todos os que me ouviram, desculpa, se ofendi alguém; no entanto, quero-vos dizer que todos nós somos ignorantes, temos que fazer um grande esforço para acabar com a ignorância, e quanto ao elemento da Assembleia que me informou que a empresa do Barril fechou, só queria dizer que isso é a prova que precisamos de cantar outra vez; a IPSS pelo menos fez uma estufa agrícola, coisa que não é costume nesta terra; pôs um conjunto de painéis para aproveitamento solar, o que é fundamental ao nível nacional; aproveitou resíduos das refeições para introduzir nos adubos e na criação de pequenos animais. Quanto ao aspecto económico, o país tem quase 900 anos, quantas vezes é que já faliu? Todas as empresas económicas vão à falência; quando uma empresa de automóveis vai à falência, as outras não continuam? A economia é uma área extremamente importante, mas que temos que estudar e diminuir a nossa ignorância. Eu não fico ofendido por me chamarem ignorante, eu fico ofendido é por não vos propor que discutamos os assuntos do nosso concelho. Venho cá poucas vezes, tenho alguma



RPA

Assembleia Municipal

dificuldade, porque vivo em Lisboa, fui eleito por 375 eleitores, o senhor Presidente da Câmara apodou-me de uma série de número de títulos, mas disse sempre talvez; oh senhor Presidente, temos que discutir esses assuntos todos.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António Cardoso** para dizer “senhor deputado António João Lopes, eu sinto-me melindrado quando me chamam ignorante e por isso gostaria de dizer que é puro descaramento e arrogância e falta de cultura democrática, vir a este espaço falar e imputar ignorância a todos nós, porque cumprimos com o Regimento que foi devidamente aprovado. Julgo que é tempo de lhe dizer que deve ser mais humilde, porque não é senhor da verdade, nem da moral, nem da ética e que deve melhorar a sua cultura democrática e respeito por todos nós eleitos. Ignorância é não conhecer as realidades, os constrangimentos, o meio e as pessoas; ou melhor, é não respeitar o próximo e as regras devidamente instituídas; isto é que é ignorância.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “nestas últimas intervenções foram manifestadas algumas opiniões, naturalmente que, em relação a opiniões, não me compete comentá-las. Em relação a questões mais concretas, devo dizer que isso foi algo que foi assumido claramente, aliás, penso que já é altura de perceberem, pelo menos de eu me fazer entender, no sentido de que não vale a pena dourar a pílula, como costuma dizer o povo, e portanto há objectivos que são definidos e há momentos para avaliar se esses objectivos são concretizáveis ou não, no prazo que está definido; e é com a maior normalidade, naturalmente que em algumas circunstâncias, com alguma angústia, mas que temos que concluir que aquilo que foi o trabalho desenvolvido, no sentido de encontrar, porque foi sempre esse o compromisso, uma entidade externa que pudesse suportar o investimento que era necessário para fazer a concretização do Arganil Rali Center, aparecesse. Essa entidade, pese embora as iniciativas que desenvolvemos durante o ano de 2018, não a conseguimos ainda encontrar; não desistimos totalmente do projecto, mas entendemos que com esta circunstância não faz sentido mantê-lo no Orçamento e no Plano, mas também devo dizer e isso devia ter ficado esclarecido a partir da intervenção que foi feita desde logo, no início, pelo senhor deputado Christophe Coimbra, que, na sua plenitude, aquele é um equipamento polivalente, flexível, e que permite assegurar um conjunto de iniciativas, quer a nível e é algo que está já diagnosticado e sinalizado naquilo que é o catálogo que a própria Comunidade Intermunicipal elabora para a região, aquilo que é o potencial deste espaço, do ponto de vista do acolhimento das mais diversas iniciativas, nomeadamente Congressos de negócios, Seminários, porque, de facto, temos ali um conjunto de valências que permitem assegurar em paralelo as várias componentes deste tipo de eventos. Eu estaria hoje triste se aquilo que foi a antiga Cerâmica Arganilense tivesse ruído aquilo que lhe restava quando foi objecto de reabilitação. Também sempre disse que mais não fosse peia monumentalidade que tem aquele equipamento, e eu nem sou



Assembleia Municipal

arquitecto, que é o único marco da arqueologia industrial do território, só por aí já teria valido o investimento; mas não fica por aí, porque para além de ser um monumento é um monumento industrial que, como já disse há pouco e como tem sido demonstrado, permite a realização de um conjunto de iniciativas, com um carácter muito flexível, muito polivalente, e esse potencial é o potencial que neste momento pretendemos aproveitar e rentabilizar.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Nuno Espinal, e em relação àquilo que tem a ver com o destaque que foi dado a Vila Cova de Alva no Diário de Coimbra, este trabalho que meritoriamente está a ser desenvolvido pelo Diário de Coimbra, insere-se numa análise e no trabalho abrangente direccionado para a Rede das Aldeias de Xisto; no caso do nosso concelho, como sabe, integram esta rede as aldeias da Benfeita e Vila Cova de Alva. Reconhecendo aquilo que são as debilidades, aquilo que é a degradação do património, que é uma degradação que já não será só de décadas, quase que arriscaria dizer que esta degradação tem vindo a acontecer ao longo de mais de um século, mas ela está, de facto, patente. Aquilo que entendemos, em relação a este diagnóstico e em relação a este problema, é, dentro deste espírito e dentro desta rede das Aldeias do Xisto, que têm meios financeiros ao nível do PRODER, ao nível das candidaturas que estão acessíveis naquilo que tem a ver com a lógica de rede, para podermos fazer algumas intervenções, no sentido de reabilitar algum daquele património. Como também reconheceu, e eu estava atento, trata-se de intervenções do ponto de vista financeiro muito exigentes e que precisam de alavancagem, nomeadamente de fundos comunitários. Volto a dizer, recentrando a resposta, que acredito que, no âmbito do trabalho da Rede das Aldeias do Xisto será possível resolvermos alguns dos problemas que estão hoje bem patentes em Vila Cova e que resultam de uma degradação patrimonial de muitas décadas."-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia destes assuntos fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que apresentou um breve resumo referente aos documentos presentes para aprovação:-----

-----"Vou fazer uma apresentação muito genérica dos aspectos com mais impacto, constantes do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, naturalmente que estarei disponível para os esclarecimentos que estarão ao meu alcance prestar.-----



RPALVA

Assembleia Municipal

-----Quero lembrar que este processo, quer o processo de conclusão ou de realização de execução do Orçamento e do Plano de 2018, mas naturalmente daquilo que são as suas consequências em 2019, e não se trata de semântica, trata-se de questões objectivas, continua marcado pelas consequências dos incêndios de Outubro de 2017. Refiro, a título de exemplo, aquilo que continua a ser o trabalho que todos os dias desenvolvemos e asseguramos ao nível do Programa de Reconstrução de Habitações Permanentes, um trabalho e um programa que, como sabem, é gerido pela CCDRC, mas que implica o envolvimento e uma parceria muito forte com os municípios, e nesse aspecto em particular, se é certo que os resultados no nosso concelho têm sido francamente positivos, também é verdade que isto se deve não só ao trabalho e mérito da CCDRC na condução deste processo, mas também à qualidade dos funcionários que temos afectos a este processo e que tem dado resposta muito atempada àquilo que é a resolução processual diária que é exigida. Também naquilo que tem a ver com a reposição da actividade produtiva das empresas, naquilo que tem sido o apoio prestado às empresas que foram prejudicadas pelos incêndios, naquilo que são e os senhores presidentes de junta são as melhores testemunhas relativamente a esta situação, do que são as dezenas de intervenções que têm sido efectuadas e que vão continuar a ser efectuadas na estabilização de taludes e linhas de água, os trabalhos de regularização fluvial do Rio Alva, que nesta grande designação, nesta bacia do Alva integra também os trabalhos na Ribeira de Folques e na Ribeira de Pomares. As dezenas de intervenções ao nível da estabilização e demolição de imóveis que colocam em causa a segurança de pessoas e bens, bem como a criação do programa de apoio à recuperação de habitações não permanentes que, como sabem, foi um programa criado para dar resposta a este problema.-----

-----Em termos de resumo genérico das principais rubricas das GOP, permitam-me destacar que as Funções Gerais têm um peso, para além da Administração Geral, de funcionamento da máquina, mas têm também um grande peso a Protecção Civil e a Luta contra Incêndios, representam 25,21% daquilo que é o valor das GOP. As Funções Sociais com o valor absoluto de 7.000.905,00€, representam 44,5% do total das GOP e permitam-me que destaque também o Programa das Funções Económicas, com o valor afecto de 3.878.000,00€, o que representa quase 22% do valor das GOP. Ao mesmo tempo, e porque é uma aposta na parceria que temos com as instituições, particularmente com as juntas de freguesia, relevar aquilo que são as Transferências entre Administrações, nomeadamente da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, que assume valores muito significativos e que pretendem potenciar o trabalho que os autarcas das freguesias fazem nos seus territórios.-----

-----Em termos genéricos e de resumo de Receita e Despesa previsional, para 2019, o Orçamento totaliza um valor superior a 23.100.000,00€. Em termos de Receita a distribuição da Receita Corrente e Receita de Capital, a Receita Corrente



RPA lus

Assembleia Municipal

corresponde a 54,81% do valor que referi há pouco, a Receita de Capital a 45,19%. Em termos de Despesa Corrente corresponde a 52,62% do valor total da despesa, a Despesa de Capital prevista tem um valor próximo de 11 milhões, corresponde a 47,38%.-----

-----Em termos de grandes rubricas e permitam-me que faça a análise em termos de enquadramento genérico, mantém-se uma forte presença naquilo que tem a ver com os Equipamentos e Infra-estruturas Municipais destruídos pelos incêndios; a este respeito, e porque houve intervenções relacionadas com esta matéria, vale a pena dizer e lembrar, aliás processo acerca do qual já falámos esta semana com as juntas de freguesia, que este processo teve um processo de pré validação de prejuízos validados pela CCDRC no valor de 5,8 milhões de euros, as candidaturas no âmbito da reposição destes equipamentos e infra-estruturas, como já disse em momento anterior, está disponível a apresentação de candidaturas desde o dia 10 de Setembro, estão a decorrer até 31 de Dezembro; é um processo em que vão, provavelmente, concorrer 24 municípios, que foram aqueles que foram afectados pelos incêndios de Outubro na região centro, só depois do final do ano é que haverá apreciação das candidaturas e, sendo um processo que decorra com alguma normalidade, prevemos que em Fevereiro possa haver decisões relativamente a este processo. Esta é a circunstância, naturalmente que todos gostaríamos de já ter concretizado a reposição destas infra-estruturas e destes equipamentos, mas as vicissitudes são aquelas que acabei de reportar; antes do próximo ano, antes de Fevereiro, na melhor das hipóteses, não haverá decisões relativamente a estas candidaturas.-----

-----Uma outra componente que também assume expressividade e que justifica que a esclareça, tem a ver com o Plano de Desenvolvimento Rural, naquilo que tem a ver com a estabilização pós incêndio, onde houve uma dilação temporal muito grande entre o momento desta tragédia e a aprovação das candidaturas; dizem os técnicos da área que a medida de estabilização pós incêndio, nomeadamente aquelas que estão relacionadas com a erosão, ou com a prevenção da erosão, devem ser concretizadas, no limite, nos 6 meses subsequentes aos incêndios; nestes 6 meses a candidatura ainda estava em apreciação, o que significa que actualmente há cerca de 600 mil euros que foram aprovados no âmbito dessa candidatura, de trabalhos que já não serão realizáveis porque entretanto a natureza fez o seu processo e já houve regeneração natural que permite a fixação dos solos ou, pura e simplesmente, a erosão já aconteceu, que é o que se passa na maior parte dos casos. É um processo do ponto de vista burocrático, a máquina do Estado mais lenta do que aquilo que seria desejável, mas depois dá estas consequências.-----

-----Outra grande rubrica que temos consubstanciada no Orçamento e no Plano, que assume uma expressividade significativa, a Protecção Civil, onde estão alocados cerca de um milhão e meio de euros e aqui permitam-me que destaque, em 2019 e pela primeira vez na totalidade do ano, embora hoje em dia actualmente elas já



Assembleia Municipal

estejam constituídas, mas na totalidade do ano será o primeiro ano em que teremos as equipas de intervenção permanente a funcionar em pleno, como sabem uma nos Bombeiros de Arganil e outra nos Bombeiros de Côja. Os apoios às Associações de Bombeiros também mantêm a sua expressividade. Há por outro lado investimentos muito significativos ao nível da limpeza de perímetros e faixas de gestão de combustíveis. Também está prevista uma componente uma verba para o cadastro das propriedades, nomeadamente naquilo que tem a ver com o perímetro urbano; nesta matéria permitam-me que dê conta que por aquilo que foi transmitido há dias na CIM por parte da senhora secretária de estado do Ordenamento do Território, prevê-se que o processo do cadastro possa ser alargado basicamente a norte do Rio Tejo, contamos que esse processo será também concretizável no nosso concelho. Mantém-se, apesar das vicissitudes que referi há pouco, uma verba para aquilo que tem ainda a ver com as operações realizáveis da estabilização pós incêndio e com a contenção ou demolição de imóveis por questões de segurança pública.-----

-----Uma outra rubrica que merece destaque acentuado, e permitam-me que, do ponto de vista da clareza, o faça desta maneira, na área do Abastecimento de Água e do Saneamento, há intervenções que são concretizadas directamente pelo município, há outras que são concretizadas no terreno através do Sistema Intermunicipal, ou seja da Águas do Centro Litoral, mas contamos actualmente com investimentos em curso na ordem dos dez milhões de euros; considero que isto constitui uma revolução na área do saneamento e do abastecimento de água e apesar de serem investimentos, boa parte deles, que estão escondidos debaixo do solo, não deixam de ser importantes, relevantes, significativos. Permitam-me que destaque aquilo que é uma intervenção já em curso em 2018 e que se vai prolongar durante o ano de 2019, a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Zona Industrial da Relvinha, cujo investimento é superior a um milhão de euros. Também aquilo que serão as pretensões de concretização das ETAR de Anseriz, Benfeita, Pardieiros, Sanguinheda, Pombeiras e Casal de S. José. A interligação da fossa colectiva de S. Martinho da Cortiça com a ETAR de Poços; trata-se de uma intervenção que está a decorrer, bem como a construção da rede de saneamento em Vale de Matouco e de Vale de Moinho. A extensão da rede do Feijoal até ao Bufalhão, com a construção de um novo reservatório para além da construção da conduta adutora, em fase de conclusão. A interligação do sistema de Vila Cova com Deflores, Dreia e Benfeita, com a construção do novo reservatório em Benfeita, uma empreitada que está também a decorrer. A substituição da conduta adutora entre Côja, Barril e Vila Cova de Alva, cujo projecto de execução está em vias de ser submetido ao mercado. Uma intervenção que é das mais críticas para o território do baixo concelho, que está em curso, uma obra titulada pela Águas do Centro Litoral, e refiro-me à Estação de Tratamento de Água da Alagoa, à fusão com o sistema do Feijoal. Os novos reservatórios de Arganil que estão em construção. As novas condutas adutoras. A nova captação no centro de comando, um investimento no âmbito do sistema intermunicipal, superior a 4 milhões de euros. Temos também



APPALUS

Assembleia Municipal

valores preconizados para os sub-sistemas em alta, nomeadamente para os de pequena dimensão, que têm, nalguns casos, metodologias de tratamento de água com algumas debilidades. Mais intervenções ao nível de remodelações de rede de abastecimento de água e de saneamento; está, naquilo que tem a ver com esta intervenção em concreto em Secarias, trata-se de uma intervenção que está já a decorrer uma empreitada de 120 mil euros que está a decorrer paralelamente à EN 342, e está preconizada uma empreitada para a substituição da rede de distribuição no centro da aldeia. Paralelamente estão previstas algumas intervenções ao nível dos sistemas de saneamento do concelho bem como este último projecto, o projecto de reabilitação do sistema de Vila Cova, do sistema de Pomares e do sistema do Alqueve com integração do sub-sistema de Folques, aqui no âmbito do sistema intermunicipal. Ao nível dos resíduos sólidos urbanos destacar o investimento que vamos fazendo, no âmbito de uma candidatura que está aprovada com o contrato já assinado para aquisição de equipamentos que vão permitir implementar um projecto de recolha porta a porta, no espaço urbano da vila de Arganil, com o objectivo de potenciar e aumentar aquilo que são os resíduos direccionados para a reciclagem e minimizar aquilo que é depositado depois no sistema multimunicipal da ERSUC. Destacar ao mesmo tempo o Protocolo que temos com a APPACDM, no âmbito da recolha e do encaminhamento de cartão, reconhecendo o papel que o cidadão deficiente mental pode desempenhar na nossa sociedade, um papel muito útil e meritório. Estas duas medidas, no seu horizonte e no seu objecto, pretendem intensificar o aumento da reciclagem e também contribuir para as metas que o país assumiu e tem que cumprir com a União Europeia.-----

-----Ao nível do Desenvolvimento Económico merece particular destaque o investimento na Ampliação e Requalificação da Zona Industrial da Relvinha; no Orçamento está considerado um investimento na ordem dos 3 milhões de euros; por aquilo que aponta o projecto de execução que recebemos há pouco mais de uma semana, provavelmente este valor dilatará alguma coisa, e acrescenta-se a estes 3 milhões o investimento que já referi, da ETAR da Zona Industrial.-----

-----Destacar também a continuidade da aposta nas iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional e do Centro Histórico da vila de Arganil.-----

-----Ao nível do Turismo e do Ordenamento do Território, permitam-me que destaque a Requalificação do Espaço Público de Arganil, dentro daquilo que tem a ver com a atractividade, com as condições de circulação e de segurança no espaço central da vila de Arganil.-----

-----O investimento que concretizaremos no Piódão, na reabilitação do Largo e na reabilitação do Posto de Turismo Local, ao abrigo da candidatura do Programa Valorizar, que está contratualizado e que está aprovada.-----

-----A Requalificação do Posto de Turismo de Arganil.-----

-----Intervenções nas Zonas Balneares de Foz d'Égua, Penada da Talhada e de Casal Novo, Zona Balnear das Fronhas.-----



RPA Lus

Assembleia Municipal

-----Destacar os projectos em parceria com a Rede das Aldeias Históricas e a Rede das Aldeias do Xisto, ao nível das várias vertentes, desde o wi-fi, turismo acessível e algumas intervenções de investimento que também serão concretizáveis nesta matéria e neste âmbito.-----

-----Ao nível da Cultura, destacar o investimento na Reabilitação da Capela de S. Pedro, que está actualmente a decorrer. Reinstalação dos Núcleos de Arqueologia e de Etnografia, para além dos eventos culturais da preservação e da divulgação do património material e imaterial, e dos apoios às colectividades.-----

-----Não tem mensuração financeira mas tem um significado muitas vezes determinante, e refiro-me em concreto aos apoios logísticos que são prestados às Juntas de Freguesia, nos eventos que desenvolvem, às Associações e Colectividades, quer na montagem de palcos, montagem de stands, nas mais diversas tipologias de apoio que consubstanciam valores que, se traduzidos financeiramente, teriam uma expressividade muito grande, na ordem das centenas de milhares de euros.-----

-----Merecem também destaque os Projectos Intermunicipais, e refiro-me aos projectos desenvolvidos no âmbito da comunidade Intermunicipal, com a tutela da CIM, ao nível da Modernização Administrativa, ao nível da Proteção, Qualificação, Valorização e Ordenamento dos Recursos Naturais e Gestão de Riscos, ao nível da Rede de Oferta Turística em Espaços Naturais, ao nível da Inclusão Social e do Emprego, ao nível da Promoção do Sucesso Escolar e Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar, ao nível da Cultura em Rede. Trata-se de candidaturas que estão aprovadas e que estão a decorrer no nosso território, território alargado de toda a Comunidade Intermunicipal.-----

-----Uma nota quase final para, mais uma vez, sublinhar a expressividade desta equipa alargada, desta parceria que construímos todos os dias com as Juntas e com as Uniões de Freguesia, e que é também relevada e demonstrada nos apoios financeiros, logísticos, que são prestados às freguesias do nosso território; ao nível da delegação de competências, de acordos de execução, de contratos de pessoal, da cedência de pessoal; estamos a falar de valores que, como sabem, ultrapassam um milhão de euros de apoio às Juntas de Freguesia, um valor anual.-----

-----Uma nota final para reafirmar o papel de Arganil, a afirmação de Arganil, enquanto concelho amigo das famílias e das empresas, com o imposto municipal sobre imóveis a um nível mais baixo, de 0,3%; como já disse, no distrito de Coimbra somos o único concelho que tem o IMI no seu intervalo inferior; no país somos um dos 26 concelhos do país que aplicou esta medida.-----

-----Ao mesmo tempo também a manutenção da devolução de 5% do IRS que cada um dos residentes no concelho paga; estamos a falar de devolver um imposto que foi pago por quem o pagou, a cada um dos cidadãos com residência fiscal no concelho.-



RPA

Assembleia Municipal

-----Também a manutenção da derrama em 0% sobre o lucro das empresas. Um esforço para termos tarifários de abastecimento de água e de saneamento competitivos, temos dos tarifários mais baixos do distrito, reconhecendo, todavia, e isto é um processo que seremos chamados a apreciar aqui entretanto, que haverá necessidade de fazer alguma actualização nesta matéria.-----

-----Também um outro capítulo que muitas vezes alguns de nós até esquecemos, aquilo que é o forte apoio prestado às famílias do concelho, com a medida da gratuidade do transporte escolar de todos os alunos do concelho até ao 12º ano.

-----Em termos genéricos eram os destaques que queria deixar relativamente ao Orçamento e ao Plano para 2019.”-----

-----*Os Senhores Presidentes das Uniões das Freguesias de Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anseriz, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Piódão e de Pomares, saíram da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.*-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “em relação a este ponto a bancada do Partido Socialista, na análise do Orçamento previsto para 2019, segue, em primeiro lugar, compaginada com as intervenções e a postura tida pelos vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara onde foi apresentado. Devo chamar a atenção para, e é patente na própria transcrição da reunião dessa altura, a urgência e o pouco tempo de análise que tiveram os vereadores da oposição para votarem este Orçamento; mais uma vez chamamos a atenção para, dentro do possível, e eu acredito que a elaboração destes documentos é necessariamente minuciosa e muito trabalhosa, mas que sejam disponibilizados com o maior tempo possível de antecedência, para análise, para que a democracia se exerça informada, construtiva; quanto mais tempo a Oposição tem para opinar, julgo que ganhamos todos com isso; é uma chamada de atenção que julgo importante.-----

-----Sublinhamos a declaração de voto do Partido Socialista na Câmara, sobretudo na assunção de que esta proposta de Orçamento não se parece constituir como um instrumento catalisador de mudança ou promotor de investimento no concelho, que possa de alguma forma alterar algum marasmo social e económico. Outro dia saiu uma publicação julgo eu das cinco mil maiores empresas da região centro, dividida por municípios e realmente é algo constrangedor perceber a insipiência da actividade económica e empresarial do contexto municipal; julgo que terá que ser também um esforço do município de Arganil, tentar, de alguma maneira, pela diferenciação, pelo arrojo, por uma ou outra ideia inovadora, que possa dar a volta a isso e poder sobretudo ao nível do emprego e da fixação, dar aqui alguma alteração e inflectir a curva descendente tanto no emprego como na demografia do concelho. Não se vislumbra aqui qualquer pingão de diferenciação, inovação ou arrojo.-----



RPA

Assembleia Municipal

-----O Orçamento para 2019 sofre dos mesmos vícios de construção e todos os outros, aliás, hoje é curioso estarmos a discutir um ponto da proposta de Orçamento para 2019 e depois mais à frente vamos discutir um ponto para aprovar uma manobra estratégica, contabilística, política, de alteração do Orçamento para 2018, para que a execução do próximo ano possa parecer um bocadinho mais favorável. O que temos aqui é um empolamento da proposta de Orçamento e que é virtual, que terá a sua confirmação, como já tivemos em Abril, na baixa execução e que daqui a um ano terá outra alteração para poder parecer mais efectivo e mais real. Não é, é fictício o equilíbrio, tentar acomodar falsas promessas ou eu não digo falsas promessa, porque ainda têm tempo de as concretizar, mas cria falsas expectativas nos munícipes e acho que não ganhamos nada com isso e há um conjunto de projectos, de ideias e de obra que não foi feito em 2018, que vai passar para 2019, e que dificilmente será concluído. Para além disso, julgamos que falta também algum indício, algum esboço, de ideia estratégica a longo prazo, para áreas determinantes do futuro do concelho, como sejam por exemplo o Turismo, a Floresta, a Paisagem, a Cultura e a Dinamização Económica. O senhor presidente vai-me responder com a ampliação da Zona Industrial da Relvinha, mas se não tiver uma estratégia de diferenciação, de discriminação positiva, maior, mais agressiva, para as empresas que se quiserem fixar lá, vai ter uma Zona Industrial com passeios, com estrada e com iluminação, que até pode ficar ligada à noite, mas vazia. Só conseguimos que seja efectiva a ampliação da Zona Industrial da Relvinha, com ideias que a constituam como atractiva; há investimento, temos que conseguir seduzir os promotores económicos a instalarem-se. Espero que tenha uma estratégia e um plano para isso; não é evidente no Orçamento.-----

-----Para além da questão do Museu do Rali, que cai com o estrondo que já falámos, é ainda assinalável o peso do investimento nas redes de abastecimento e de saneamento; é inegável que isso é uma necessidade, é uma necessidade ainda para mais neste momento, no contexto em que vemos mais uma vez, pelas avaliações do ERSAR, mais um ano com resultados na qualidade da água no concelho de Arganil negativas e nos últimos 15 anos, pelo menos em metade deles, com valores abaixo dos 95%. É realmente uma necessidade prioritária e é um investimento que é feito agora mas que poderia eventualmente já ter sido feito há mais tempo; mas é bom que se faça e é bom que as próximas avaliações do ERSAR reflectam isso mesmo, uma nova vida na qualidade da água que abastecemos às populações.-----

-----Em termos de questões concretas, queria pedir um conjunto de esclarecimentos ao senhor Presidente, que tem a ver com itens e alíneas específicas do Orçamento; já falou do Largo do Piódão e da intervenção no largo do Piódão, assunto que foi trazido aqui na primeira sessão da Assembleia Municipal, foi-nos dito que o projecto estava feito, que a obra iria andar durante o ano de 2018, não andou, não foi feito, e há aqui uma revisão do investimento, de 425 mil euros para os 399, com a execução praticamente toda em 2019; gostava de saber quando é que a obra começa, porque



RPA

Assembleia Municipal

presumo que vá durar algum tempo; já agora gostava, a título de curiosidade honesta, de saber qual é a autoria do projecto.-----

-----Em relação à Zona Balnear das Fronhas, também foi previsto para 2018 cerca de 105 mil euros de investimento, foi referido durante o ano, numa questão que coloquei, já não me lembro em que data, que estava o projecto em reformulação e que seria enviado ou apresentado; não foi e gostava de saber em que ponto este isso e se a perspectiva associada ao investimento em 2019, de cerca de 50% do valor agora apresentado, se o investimento de 50 mil euros na Zona Balnear das Fronhas vai ser efectivo e vai avançar, se está dependente de alguma candidatura ou se vamos ter intervenção durante o ano de 2019.-----

-----Lomba do Canho, 300 mil euros para a sua dinamização, previstos no Orçamento de 2018; foi executado zero, em relação a 2019 o valor transita por completo, gostávamos de saber em que ponto está a parceria referida na altura, se há alguma candidatura entregue ou se há mesmo reais possibilidades da sua execução.-----

-----Em relação às Zonas Balneares, há aqui duas questões: em relação a 2018 já não está prevista a intervenção nas zonas de banho de Moinho do Alva e do Urtigal, gostava de saber porquê. Quais são as intenções de investimento, que se aplaude, na Penada Talhada? A Penada Talhada é bastante importante, continuamos a tê-la referida como espaço balnear, e o que lá está não nos dignifica. Gostava de saber se há projecto, se há intenções reais de investimento e ainda se esse é efectivo para 2019.-----

-----Há aqui uma questão que causou-nos algumas dúvidas e até foi referido logo na reunião de Câmara pelo Senhor Vereador Rui Silva, sobre o PERU de Arganil e do Teatro Alves Coelho; o executivo escolheu colocar, percebi depois da leitura da acta, que foi escolhido colocar o PERU de Arganil em determinado capítulo do Orçamento e que julgo eu não se compreende porque está colocado no capítulo das funções gerais de administração; julgo que dá uma ideia errada de que o valor colocado seria para execução do próprio Plano, para a elaboração do documento do Plano e não para a execução das ações nele previstas. Julgo que teríamos ganho, em termos de clareza do próprio Orçamento, se, tal como foi referido pelo senhor vereador Rui Silva, que os projectos e as ações concretas que executam o PERU tivessem sido apresentadas de forma autónoma, porque o PERU, por si só, pode servir de chapéu mas tem uma cronologia de intervenção, e a partir do momento que é aprovado, ele deve ter reflexo as ações devem ter reflexo no Orçamento e no Plano Plurianual. Portanto, devíamos pegar nas ideias e nas ações concretas que estão expressas no PERU e uma a uma, dizer nos próximos 3 anos está previsto esta, vamos fazer tanto num ano, tanto no outro, etc; deixaram o PERU numa alínea perdida de gestão administrativa com um valor de 2 milhões de euros, não assumindo e não identificando quais são os projectos que são prioritários, dá-nos a ideia errada de que o valor é para fazer o documento que já está feito e também nos dá uma ideia concreta de que o próprio município não tem vontade de dar um sinal



RPA Alves

Assembleia Municipal

concreto à população de que quer apostar no Teatro Alves Coelho, por exemplo, e que está à espera do que aí venha, ou seja, anything goes; pode ser para o Teatro, como pode ser para o Arquivo, como pode ser para o Mercado, como pode ser para a ampliação do Sub-Paço, como pode ser para o vazio daqui da Praça, ou seja, não sabemos. Se olharmos para o valor que lá está, que são 2 milhões de euros, dá para o Teatro e pouco mais, porque se formos ver, com a previsão de 1.700.000,00€ do Teatro mais os 200 mil euros que tinha previsto o ano passado para a transformação da Escola em Arquivo Municipal, mais os 100 mil euros para a Casa dos Magistrados, mais os 70 mil euros para a Residência Feminina, mais o que venha a ser orçamentado para a recuperação do Mercado Municipal, para a ampliação do Sub-Paço, ou até para o Manual de Boas Práticas, só para referir as intervenções que no PERU estão previstas para fazer até 2021, estes 2 milhões de euros não chegam. Portanto, percebe-se perfeitamente que o que está ali previsto, é para o Teatro, mas o Senhor Presidente não teve a coragem suficiente de o assumir e acho que o devia ter feito porque sabe que, da parte do Partido Socialista, tem no Teatro uma questão que se sobrepõe a qualquer lógica e a qualquer luta partidária e que está ao seu lado e ao lado de todos aqueles que o quiserem recuperar. Senhor Presidente, em relação ao Teatro, apesar de estar escondido no Orçamento, ele está bastante evidente à frente de todos, ali do outro lado da rua, e é bastante evidente a urgência na sua intervenção. Sabemos que estão a ser desenvolvidas protocolos, reuniões, acordos, conversas, seja o que for para isso acontecer, mas gostávamos de saber nesse sentido se a intervenção no Teatro Alves Coelho está dependente da reafecção de verbas do Portugal 2020; se isso não acontecer, ou se a reafecção de verbas não recair sobre o Teatro o que é que pode acontecer ao projecto e à intenção de obra? Se estamos dependentes disso, fazendo um paralelismo com o Museu internacional do Rali? Qual é que é a sua estratégia para pôr em prática uma obra que mais uma vez sublinho, o PS e os arganilenses em geral vêem como prioritária? Há aqui um parêntesis que gostava de fazer, que é a questão da tal reafecção de valores ou de verbas que possam vir a beneficiar o município de Arganil; acho que o exemplo prático da gestão da execução física e da execução financeira da candidatura da requalificação urbana da vila de Arganil, não nos dá neste momento uma confiança muito grande para que nos possam vir a ser confiadas novas candidaturas, novas verbas; espero que isso não seja motivo que nos possa vir a preterir em relação a outros municípios; portanto, Senhor Presidente, faça a obra.-----

-----Em relação ao Sub-Paço, o Orçamento prevê uma verba, para 2019, de cerca de 125 mil euros e para 2020 mais 50 mil euros; dado que não será para a ampliação, porque isso está no tal chapéu do PERU, gostava de saber que obra vai fazer no Sub-Paço, durante o ano de 2019, se ainda é a conclusão do projecto inicial ou o que é que está previsto em termos de execução física para acomodar estes 125 mil euros que estão inscritos?-----



RPALuz

Assembleia Municipal

-----Gostava ainda de perguntar ao Senhor Presidente, é uma questão muito básica, até pode ser desconhecimento meu, relativamente ao Centro de Trail da Benfeita, que deixa de estar referido no Orçamento e estava no Orçamento de 2018; gostava de saber se o projecto não vai avante; muito sinceramente desconheço esta questão, mas interesse-me muito pela Benfeita, gosto muito da Benfeita, e gostava de saber se este é um projecto que caiu, ou se está suspenso.-----

-----Estão inscritos para 2019 cerca de um milhão e meio de euros para ampliação da Zona Industrial da Relvinha e oitocentos mil ainda para aquisição de terrenos; posso estar a ser um pouco advogado do diabo, mas tenho que o dizer, por outro lado, na lista dos contratos plurianuais, reparei que foi assinado há pouco tempo o contrato para a elaboração do Plano de Pormenor da Ampliação da Relvinha e para o estudo de impacto ambiental associado ao mesmo Plano de Pormenor; gostava que nos explicasse, porque, em princípio, não me parece que possa haver obra antes da aprovação do Plano de Pormenor, e do estudo de impacto ambiental, se é possível prever que, decorrendo estes prazos todos, de aprovação de planos de pormenor, que eu tenho alguma experiência em dizer que são dramáticos, trágicos e erosivos para a saúde mental de quem se meter nisso, se, ainda assim, tem esperança de poder vir a fazer obra durante o ano de 2019? Parece-me que não poderá fazê-lo antes da aprovação do Plano de Pormenor. -----

-----Por fim, havia ainda duas questões que gostávamos de colocar, uma confirmou aqui, que é o aumento da tarifa da água, em 2019. E ainda um pequeno pormenor, na alínea dos rendimentos de propriedade, tem um valor referente a um edifício de receita no valor de 670 mil euros; gostávamos de saber de que edifício se trata, se vai haver alguma venda, alguma cedência; gostávamos que nos pudesse esclarecer sobre isso.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “vou tentar ter mais cuidado porque não quero ofender ninguém, mas para analisar esta Grandes Opções do Plano, grandes e pequenas, porque na realidade a minha noção de grandes serão aquelas que se distribuem por 3 ou 4 anos, ou, num ano, com um valor maior; no entanto, aqui vem tudo misturado e, dada a análise que foi feita anteriormente, já é bastante extensa, eu tinha alguns assuntos mas não vou repetir; só tinha aqui um aspecto: a agricultura está incluída com 400 mil euros, no ano anterior foi 11 mil, como é que multiplicamos isto por 40, gostaria de saber?-----

-----Para o Turismo, só temos 9 mil; parece-me que o que tem vindo a ser feito em Arganil é mais para o Turismo e menos para a agricultura; é evidente que eu tenho insistido muito com o aspecto da agricultura por isso, sinto-me bastante satisfeito por isso.-----

-----Quanto a um Fundo de Apoio Municipal, 40 mil euros, não sei bem o que é isto, mas este valor dá impressão que será para qualquer problema que surja, como inundações, incêndios, terremotos, etc; se for ano a ano, pode constituir um valor grande num futuro próximo; é a primeira vez que me parece que isto surge aqui.-----



RPA Alves

Assembleia Municipal

-----Outro aspecto, aquisição de viaturas, 100 mil euros; são viaturas para transporte de resíduos sólidos, são viaturas de pessoal? Parece-me que seria conveniente dizer-se mais alguma coisa.-----

-----Quanto aos bombeiros, estou admirado porque foi atribuído um valor muito maior do que era em anos anteriores; vamos modificar os Bombeiros? Concordo, mas gostaria de saber o motivo que levou a isso.-----

-----Quanto ao PERU, não vejo nada relativo ao edifício do Teatro; olhem que as últimas informações que foram dadas nesta Assembleia há 3 ou 4 anos, diziam que havia perigo de derrocada, por isso vejam com os técnicos, de forma a que não se chegue a situações intratáveis.-----

-----Quanto à ignorância, só queria dizer que, se fui mal interpretado, peço desculpa pela minha pouca capacidade para me expressar, mas no meu consciente tenho a noção que somos todos muito ignorantes; quando estive em Angola, há 50 anos, como Alferes, tinha no meu pelotão que eram 30 soldados, desde Trás-os-Montes ao Algarve, distribuídos à toa, de 30, 16 não sabiam escrever uma palavra, nem ler; ao olhar para a história do nosso país, nós só teremos Plano um bom Plano, se formos capazes de compreender a nossa realidade, e não ficar ofendidos se eu me expressei mal, mas eu vou ver na próxima acta e vou tentar esclarecer os meus raciocínios. Nos últimos anos 50 anos, vejam o contributo que os nossos concidadãos deram para a emigração, foram para todos os países, a salvo, contra as leis, porque não tinham aqui capacidade de aprender a trabalhar e a produzir riqueza; e assim estão os presidentes de Junta cheios de trabalho extra sem remuneração, porque nós, colectivamente, não temos tido capacidade intelectual. É isso que eu proponho, que sejamos capazes de ultrapassar isso. E se se lembram, a minha primeira intervenção foi para dar os parabéns ao município por ter feito um contrato com o Instituto Superior Agrário de Coimbra; não vejo que haja aqui qualquer ofensa, mas se foi, cá estaremos para ir falando. Desejo a todos que no próximo ano sejamos capazes de interpretar melhor estas noções de ignorância e de sabedoria; todos somos ignorantes, todos somos sábios, mas não estamos aqui para dizer A, B, ou C, a este ou àquele; colectivamente, agora já estamos a exportar médicos, enfermeiros e engenheiros, ainda bem, pode ser que isso se traduza dentro de 50 anos talvez nalguma realidade económica interessante. Para quem lamenta que a empresa da IPSS do Barril de Alva tenha falido, isso mostra que precisamos de aprofundar essas áreas do saber. E essas áreas são a economia, a sociologia, e a tecnologia.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Fernanda Pacheco** dizendo que “analisadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2019, e tendo em conta a apresentação já feita pelo Senhor Presidente da Câmara, não temos dúvidas que o objectivo do município de Arganil é melhorar a qualidade de vida dos habitantes deste concelho. Apesar dos constrangimentos, que são alguns, verifica-se que as intervenções e os investimentos nas diferentes áreas são variados; contudo, foi com bastante agrado que constatei a previsão de um investimento superior a um



RPAL

Assembleia Municipal

milhão de euros na área da Educação, área à qual estou ligada. Para além do habitual, como por exemplo o fornecimento de refeições, a aquisição de equipamento imobiliário para os alunos e escolas do ensino básico, e os transportes gratuitos até ao 12º ano, verifiquei com bastante agrado que continua a haver a pretensão de requalificar da escola secundária de Arganil. Obra necessária e muito ansiada por todos os que a frequentam. Refiro-me ao pessoal docente, não docente, mas principalmente aos alunos que passam grande parte do seu tempo em salas que por vezes não são muito acolhedoras. Lembro que é um edifício com quase 40 anos e que poucas intervenções teve, no sentido de melhoria. Possivelmente alguns dos presentes deve recordar-se que a Escola Secundária de Arganil foi fundada em 1969, como secção da Escola Comercial e Industrial Adelaide Brotero, de Coimbra. E foi autonomizada em 1971, funcionando nas actuais instalações, desde 1982, por isso é um espaço com alguns anos e que realmente necessita de obras de fundo para as quais é necessário elevado investimento. Por isso, saliento novamente que é com agrado e expectativa que vejo vertido no documento apresentado a requalificação daquela escola e claro que gostava que fosse uma realidade a curto prazo para o bem-estar de todos que a frequentam. Neste sentido, gostava de questionar o senhor Presidente do executivo se tem informações mais precisas relativamente a este assunto, se entretanto já houve algum diálogo com a Senhora Secretária de Estado da Educação.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** dizendo que “depois da análise deste documento, importa aqui referir dois aspectos que a bancada considera importante e que eu, pessoalmente, também considero importante sublinhar; não podia deixar de começar de manifestar o nosso desapontamento com as questões que foram referidas logo no início e que estão relacionadas com os atrasos que comprometeram que fossem repostos os equipamentos e infra-estruturas municipais que foram destruídos com os incêndios e que levaram a que a estabilização pós incêndios que teria sido muito importante para as populações, não pudesse ser feita, quer por questões ligadas a processos demasiado pesados, demasiado burocráticos e demasiado lentos, que demasiadas vezes não respondiam às necessidades das populações e consideramos que não podíamos deixar de lamentar estas situações.”-----

-----Posto este primeiro apontamento, não podíamos também deixar de manifestar o nosso reconhecimento e valorizar o investimento que está a ser feito em toda a linha, pois são várias as áreas e já foi referido isso pelo Senhor Presidente da Câmara, na Zona Industrial da Relvinha, nomeadamente com a aquisição de terrenos e com o melhoramento da Zona Industrial bem como com a resolução da ETAR; concordando com a necessidade de uma estratégia diferenciadora, que coloque o nosso território como um território atractivo para empresários e para novos investimentos, sem as condições para os ter no nosso concelho, não seria possível alcançar o objectivo que é de todos, com certeza, que é atrair investimento e, com esse investimento, atrair pessoas e com a atracção de novas pessoas para habitar o nosso concelho, ter o



Assembleia Municipal

desenvolvimento social e económico que desejamos. Acho que o trabalho que está a ser feito é um trabalho estruturado, é um trabalho bem pensado e pensado a médio e longo prazo, que pode trazer esta estratégia de atracção de investimento que é essencial. Queria agradecer o esforço que está a ser feito em toda a linha e que, a nosso ver, se apresenta aqui como verdadeiramente estruturante para atrair o investimento que todos desejamos para o nosso concelho.-----

-----Referir também a aposta no Turismo, que todos nós encaramos como também estruturante para o nosso concelho e é determinante, quer nas zonas balneares, que já foram faladas, e que se apresentam como estruturantes no nosso concelho para atrair pessoas para o território mas também com a obra prevista para o Piódão, que a nosso ver, também dignificará o largo de uma aldeia que é uma imagem de marca a nível nacional e, cada vez mais, a nível internacional, e servirá de alavanca para o restante concelho.-----

-----Não podia deixar de reforçar, mais uma vez, a seriedade que é patente neste documento e que continuará a ser com certeza uma imagem de marca do executivo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Nuno Espinal** dizendo que “a questão dos incêndios e a criação de estruturas que possam mitigar os mesmos e a sua perigosidade, merecem com certeza uma atenção especial, da parte do município, para este Orçamento. Pelo que sei, a principal preocupação está focada no ordenamento florestal, mas também há que precaver, em meu entender, as áreas urbanas e as formas que dentro dos perímetros urbanos, devem ser criadas defesas para as habitações e pessoas. Há um fundo que tem patrocínio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que visa dotar as instituições que a ele se candidatam de meios financeiros para poderem providenciar estas questões relacionadas com os incêndios. Esse fundo visa também a questão dentro da malha urbana de cada localidade a que essas instituições se candidatam. Tive oportunidade de participar na candidatura que a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz fez, e há um aspecto que me parece que devo aqui realçar e que me surpreendeu: em toda a União das Freguesias as bocas-de-incêndio praticamente não funcionam, poucas são as que funcionam; isso tem que ser revisto, a União de Freguesias candidatou-se a esse fundo precisamente para tratar também desse aspecto. Há algo que surge também na sequência de haver bocas-de-incêndio mas, depois perante uma tragédia como a de Outubro de 2017, verificou-se que a falta de electricidade imediatamente impediu que as bocas-de-incêndio pudessem ser alimentadas; surgiu então na União de Freguesias a ideia de criar um grande depósito que possa, quando uma situação dessas acontecer, e dir-me-ão que isso foi um caso esporádico, mas eu tenho lido artigos de cientistas e técnicos que dizem que situações como as que aconteceram em Outubro de 2017 possam voltar a acontecer; houve realmente uma grande alteração ambiental e climática, como todos sabem, e nós estamos sujeitos a todas essas perigosidades que o clima criou a nível universal. A criação de um depósito que possa superar a falta de água quando a electricidade desaparecer é uma das



Assembleia Municipal

propostas feitas pela União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz. Estou a falar de uma das uniões de freguesias e o concelho de Arganil é composto de muitas freguesias, de maneira que este problema, em meu entender, devia ser pensado também pelo município, de modo a que numa situação de tragédia como aquela referida, pudessem as populações e as malhas urbanas estarem defendidas de modo a evitar grandes custos como os que estão neste momento a ser superados através do Estado, com as habitações que estão a ser recuperadas; na União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz arderam 49 habitações e dessas 49 algumas são primeiras habitações e os custos que vão ser pagos pelo Estado são muito maiores do que aqueles que poderemos gastar em termos de defender as populações através das bocas-de-incêndio e dos tais depósitos de água que possa evitar a falta de água com a questão da electricidade como aconteceu em 2017.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António Cardoso** dizendo que “ao ler o Plano e o Orçamento, verifiquei que está muito bem elaborado, faz uma cobertura geral das necessidades do próprio concelho, haverá com certeza mais, mas penso que faz uma cobertura perfeita. Isto vem ao encontro a um estudo que foi feito pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em que considera o nosso concelho com um bom desempenho, porque deu a voz ao cidadão e na prestação das contas, na eficácia governamental, no acesso e na regulamentação do mercado. Refiro isto para dizer que, na minha percepção, há um grande esforço do município no sentido de destacar as prioridades e enfrentá-las rapidamente; e por isso penso que há arrojo nesta forma de apresentar este Plano e este Orçamento e não há dúvida alguma que procura tirar do marasmo o nosso concelho; aliás, veja-se o seguinte: quando este Plano prevê concretizar um investimento de cerca de 18 milhões de euros, penso que é significativo e deve ser realçado; são 18 milhões de euros. Foi referido também o problema do Teatro Alves Coelho, estou de acordo que se meta mãos à obra e se faça esse trabalho, mas queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente: quando passou para a Misericórdia, novamente, o Teatro, há cerca de 3, 4 anos, nessa altura eu li que a Câmara não fez nada e que agora a Santa Casa da Misericórdia ia fazer; como tal, nomeou uma Comissão de 12 notáveis, que iam estudar o que haveria a fazer e proceder à reconstrução. A pergunta que faço, para não haver atropelos, é se há conhecimento de que a Santa Casa, através dessa Comissão, tenha feito algum trabalho para isso?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** começando por dizer “senhor deputado Miguel Pinheiro, devo dizer que, em relação àquilo que foi o prazo menor que foi concedido aos senhores vereadores para apreciarem o documento, quase que podia dizer, e dentro daquilo que foi o espírito e aqui permita-me a brincadeira, aquilo que foi a sua primeira intervenção, que marcando a Assembleia Municipal no dia 29 de Dezembro, o senhor teve o tempo máximo para apreciar este documento, pois ele foi disponibilizado no dia 5 de Novembro, estamos a 29 de Dezembro, são quase dois meses para fazer a apreciação deste documento, em relação à



RPALus

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal. Em relação a esse menor prazo, como é meu apanágio e no local próprio, cuidei de esclarecer o assunto e de apresentar desculpas a quem o deveria fazer.-----

-----Em relação aos outros assuntos que foca, não partilho, antes pelo contrário, das referências que faz, relativamente ao nosso tecido empresarial; não partilho nada da adjectivação que faz do marasmo do tecido económico, da insuficiência da actividade económica, antes pelo contrário, tenho uma perspectiva totalmente diversa. E tenho uma perspectiva diversa, não com base em opiniões, não é com base numa opinião, é com base em factos; olhando para os factos, comparando aquilo que são os dados mais recentes, que são os de 2017, com aquilo que foram os dados de 2016, aquilo que constactamos é que, ao nível das 50 maiores empresas do concelho de Arganil, houve um aumento do volume de negócios global de quase 120 milhões de euros, representando um acréscimo de quase 18 milhões de euros, face aos indicadores de 2016. Ao mesmo tempo, e no mesmo período, estas empresas, as maiores 50 do concelho de Arganil, também aumentaram, criaram mais 334 postos de trabalho, contra 794 que se registaram em 2016. Se quisermos fazer uma abordagem mais alargada, mais regional, aquilo que constactamos é que, no ranking das 700 maiores do distrito de Coimbra, o concelho de Arganil encontra-se representado por 23 empresas em 2017, mais 4 do que em 2016, ocupando a sexta posição do distrito. Também como demonstram os números, naquilo que designamos por Beira Serra, considerando a realidade mais próxima e também a comunidade alargada do distrito, constactamos que apenas Coimbra, Figueira da Foz, Cantanhede e Oliveira do Hospital, e Montemor, mas este muito próximo de Arganil, têm este nível de representatividade. Não partilho nada do cenário catastrofista que aqui quis deixar relativamente àquilo que é o empreendedorismo dos nossos empresários, àquilo que é a perspectiva do investidor, de verdadeiros empreendedores dos naturais do concelho, de quem escolhe Arganil para investir, porque não é com base em opinião, é com base em factos, e com base em factos, não temos razões nenhuma para nos envergonhar, antes pelo contrário, temos todos os motivos para estar orgulhosos da nossa comunidade empresarial.-----

-----O senhor deputado referiu também as questões da baixa execução, do empolamento, certamente o senhor lembrar-se-á bem das metodologias; ainda assim, devo dizer que há questões que, como analisaremos mais à frente, e só o refiro aqui porque também falou dessa situação, há questões que têm consequências directas nos Orçamentos municipais e, portanto, se a montante há entidades que deviam assumir as suas responsabilidades e não o fazem, naturalmente que, a jusante, não poderá deixar de haver consequências.-----

-----Falou também da Relvinha, das ideias estratégicas, daquilo que tem a ver com o Turismo, daquilo que tem a ver com a floresta; em relação ao Turismo penso que ficou bem evidente aquilo que é o esforço, aquilo que é a aposta não só do município mas também da região, porque, desengane-se qualquer um de nós se pensar que um destino turístico competitivo se constrói a partir de um concelho de uma zona



RPA Alves

Assembleia Municipal

mais ou menos do interior e que esse destino turístico não terá que ter uma abrangência muito mais alargada. Quer naquilo que tem a ver com o trabalho, que é um trabalho concelhio, quer também naquilo que tem a ver com o trabalho alargado, ao nível da comunidade intermunicipal, essa estratégia está bem patente nos investimentos que estão em curso e naqueles que estão previstos. Ao nível da floresta, ela é uma preocupação que tenho, e tenho não desde hoje nem desde ontem, aliás, na semana seguinte ao incêndio de 2017 tive oportunidade de constatar e de dizer que deve olhar-se para a floresta com uma perspectiva económica, uma perspectiva de responsabilidade naquilo que tem a ver com o problema que existe, e refiro-me em concreto à pequena dimensão da propriedade florestal que temos no nosso território, e isto exige, como sabe, intervenção que não se circunscreve, antes pelo contrário, às iniciativas municipais, mas implica que haja por parte do Estado Central e por parte da Assembleia da República, que existam decisões relativamente a este problema, porque também sejamos muito claros em relação a isto, e já alguém falou aqui do assunto de uma outra maneira: se a organização do espaço florestal se mantiver assente nos pressupostos que existem actualmente, que são os mesmos que existiam em 2017, daqui a cinco ou seis anos teremos um barril de pólvora muito mais complicado do que aquele que existia em 2017.-----

-----Em relação àquilo que é o peso do investimento ao nível do abastecimento e do saneamento, volto a dizer que constitui uma revolução silenciosa nesta área e nesta matéria, é uma área crítica e como também tive oportunidade de dizer em reunião de Câmara, folgo muito em verificar que, finalmente, se aperceberam que há um problema que tem a ver com a qualidade da água, que não é crítica nem é motivo para estarmos preocupados, há regras muito específicas, muito preventivas, relativamente a esta matéria, mas há situações que queremos resolver e queremos aumentar o nível da qualidade da água. Também devo dizer outra coisa, porque nestas matérias, particularmente da qualidade da água, há duas formas de olharmos para o problema: uma delas consiste em esconder o problema ou ignorar que ele existe e a outra forma, que é aquela que nós partilhamos, consiste em perceber o problema, enfrentar o problema, e encontrar soluções para o fazer. Quero com isto dizer que até há cerca de uma dúzia de anos, a água que era distribuída no concelho por sistemas que eram na maior parte sub-sistemas autónomos que estavam fora da alçada do município, nem sequer eram objecto de qualquer controlo; dir-se-á, não havia controlo, não havia problema, do ponto de vista teórico, do ponto de vista destes números da ERSAR, assim era, e basta olhar para os indicadores que foram publicados, mas a verdade é que era um problema latente e o executivo anterior, que tive a honra de integrar, presidido pelo senhor engenheiro Ricardo Pereira Alves, actual Presidente da Assembleia Municipal, assumiu, desde logo, a necessidade de integrar estes sub-sistemas na análise laboratorial, naquilo que tem a ver com o programa de controlo da qualidade da água, para, que mais não fosse preventivamente, se poder actuar. Esta é a realidade que é espelhada nos números



RPAL

Assembleia Municipal

actuais da ERSAR e que contribui negativamente para o desempenho publicado dos nossos sistemas, do ponto de vista da percentagem da qualidade da água.-----

-----Sobre o largo do Piódão, e à redução do investimento, aquilo que verificámos, no âmbito do projecto de execução, que está concluído e que contamos submeter ao mercado no início do ano, foi que o valor que estava previsto em candidatura e que era o valor que tínhamos considerado no Orçamento para 2018, era relativamente superior àquele que é necessário para fazer a intervenção; a nossa abordagem a esta situação foi uma reprogramação à candidatura, que passa por considerar, para além da requalificação do Largo do Piódão, a requalificação do espaço que hoje é utilizado como Posto de Turismo numa perspectiva muito mais abrangente; para além do Posto de Turismo conhecido do Piódão, o projecto de execução prevê que todo o espaço do R/Chão daquele edifício seja utilizado para este equipamento, que terá várias componentes; para além da componente de Posto de Turismo convencional, considerará também um ponto de uma mostra daquilo que são os produtos endógenos produzidos no nosso concelho, sendo assumido também como um ponto de venda; será também uma porta de saída para todo o território concelhio, uma vez que é uma zona onde afluem dezenas de milhares de turistas todos os anos e pretendemos, a partir do Piódão, e fazendo esse trabalho de uma forma sistematizada, pretendemos que o resto do concelho seja também visitado e o potencial turístico do resto do concelho seja aproveitado. Quanto à autoria do projecto, pelo menos naquilo que tem a ver com a intermediação, ou melhor, a quem foi solicitado o projecto, foi ao arquitecto António Monteiro e foi ele que liderou este processo; do ponto de vista processual, ele tem estado a trabalhar com outro gabinete e é esse gabinete que, formalmente, desenvolve e apresenta o projecto.-----

-----Relativamente à Zona balnear das Fronhas, há uma revisão naquilo que era a abordagem inicial e aquilo que entretanto a actual equipa da Junta de Freguesia manifestou, foi alguma preocupação relativamente a um equipamento de piscina que estava preconizado no projecto inicial; entende a freguesia que faz mais sentido que este equipamento nesta componente de piscina esteja mais próximo da sede de freguesia e que nas Fronhas tenhamos então uma zona de lazer com um ponto de apoio, mas sem este peso desta infra-estrutura; o projecto está a ser objecto de reformulação nesta abordagem, com a qual também me identifico e contamos que durante o ano de 2019 seja possível concretizar investimento, dizendo que este projecto não está dependente de qualquer candidatura.-----

-----Ao nível das zonas balneares, particularmente Moinho de Alva e Urtigal, elas foram consideradas no Orçamento de 2018 porque havia uma perspectiva relativa ao desempenho do Programa Valorizar gerido pelo Turismo de Portugal; entretanto percebemos que não havia enquadramento para candidatar estas zonas balneares e o Orçamento para 2019 contempla e considera essa consequência. Ao nível da Peneda da Talhada, há uma intenção de investimento, há já um estudo prévio, submetemos já com base no estudo prévio, estamos neste momento com um procedimento de consulta prévia a recolher propostas para o desenvolvimento dos



RPALves

Assembleia Municipal

projectos, para concretizar este investimento. Reconhecendo-se que aquela construção que foi iniciada e abandonada nos idos de 2004, princípio de 2005, não dignifica aquele espaço e carece, até pelo potencial que tem, que aquele local seja objecto de uma intervenção que permita, para além desta dignidade que se justifica, aproveitar o potencial que tem do ponto de vista turístico e do ponto de vista da fruição.-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, já disse aqui várias vezes e volto a repetir, entendo que o assunto Teatro Alves Coelho é sério demais para tentarmos fazer chicana política à volta dele; quando houver decisões ou quando houver perspectivas objectivas, naturalmente que, como não podia deixar de ser, o assunto será apreciado em sede de Assembleia Municipal. Não posso deixar de dizer que há negociações que estão estabelecidas, há posições de princípio que existem, estamos a trabalhar para poder concretizar aquela intervenção, mas também, como disse há pouco, fazemo-lo de uma forma responsável, e responsável na perspectiva que é um assunto muito sério para o concelho e exige responsabilidade de todos. Devo dizer que em relação à alfinetada que deixou sobre a maior ou menor confiança acerca da execução do quadro comunitário, nomeadamente naquilo que tem a ver com a reabilitação urbana, aqui não faço comentários nem emito opinião, mas sugiro que faça uma consulta ao Portal do Centro 2020, há informação estatística actualizada acerca da execução relacionada com a reabilitação urbana ao nível da região, e considera não só os centros urbanos complementares mas também as cidades, para poder comparar o desempenho de Arganil com aquilo que é o desempenho das outras autarquias, e certamente que a preocupação que lhe assiste, ficará certamente muito mais esbatida porque, em relação a esta matéria, posso dizer que lideramos, no bom sentido, aquilo que tem a ver com a execução deste Quadro Comunitário, na componente da reabilitação urbana.-----

-----Em relação ao Sub-Paço, dizer apenas que o valor que está considerado para 2019 é um valor preventivo, relativamente a um litígio que, como sabem, existe com o empreiteiro; há um valor que nós reconhecemos que devemos ao empreiteiro que executou aquela intervenção, mas há um processo judicial a decorrer. Em relação ao valor que está previsto para 2020, nós pretendemos concretizar uma pequena intervenção, na margem direita da ribeira, mas em relação a essa ainda não temos projecto, por isso está também apenas numa perspectiva de plurianualidade.-----

-----Relativamente ao Centro de Trail da Benfeita, trata-se de uma questão formal, é um processo que, para além do envolvimento da autarquia, tem também o envolvimento da Junta de Freguesia e, particularmente, da ADXTUR, das Aldeias do Xisto e, nesse âmbito, esta reformulação resulta dessa circunstância; é uma questão processual mas, ainda assim, é um investimento que, em parceria com a Junta de Freguesia e a ADXTUR, contamos concretizar ainda no decurso de 2019.-----

-----Sobre a Relvinha, o Plano de Pormenor, o estudo de impacto ambiental, é um processo burocraticamente complexo, mas posso dizer que, do ponto de vista daquilo que tem sido os marcos temporais da respectiva tramitação, tem estado a



RPALuz

Assembleia Municipal

decorrer até com alguma normalidade, estou optimista em relação a este processo porque os marcos que temos definidos têm estado a ser cumpridos; a primeira fase está já, naquilo que tem a ver com o Relatório de Âmbito, naquilo que tem a ver com a consulta às entidades, essa fase está cumprida, nós contamos que na Assembleia de Fevereiro possamos tomar decisões relativamente ao Plano de Pormenor para a Zona Industrial da Relvinha. Ainda assim, como sabem esta empreitada, e o projecto de execução que temos considerado, considera para além da ampliação da zona industrial da Relvinha, uma intervenção de 600 mil metros quadrados, em que 300 mil são relativos à faixa de proteção que é obrigatória, mas para além desta intervenção de ampliação está considerada a reabilitação da actual zona industrial e essa, com o procedimento de contratação pública concluído, pode avançar. Eu continuo a entender e a confiar que em 2019 será possível fazer já alguma intervenção naquilo que tem a ver com a ampliação, ainda assim, naquilo que tem a ver com a requalificação, com certeza que em 2019 teremos obra na Zona Industrial da Relvinha.-----

-----Ao nível dos rendimentos de propriedade, provavelmente estava a referir-se aos bens de domínio público, não edifícios; os bens de domínio público integram coisas como sejam as rendas das eólicas, as rendas da EDP, é disso que falamos.-----

-----Passando à intervenção do senhor deputado António João Lopes, devo dizer que a rubrica da agricultura considera, embora este enquadramento possa eventualmente induzir em erro, considera aquilo que tem a ver com o procedimento de requalificação das linhas de água; poderá dizer que isto não é agricultura pura e dura, poderei concordar, mas se olharmos para aquilo que tem a ver com a requalificação da Ribeira de Folques, que tem impacto ao nível da levada que é utilizada para a agricultura, então certamente concluiremos todos que pode estar enquadrado nesta matéria e sendo um investimento importante nesta área. Ao nível do Fundo de Apoio Municipal, nós há uns anos a esta parte contribuimos todos os anos com umas dezenas de milhar de euros para um Fundo de Apoio Municipal, uma estrutura que foi criada a nível da Administração Central do Estado; este Fundo foi utilizado numa primeira linha para apoiar os municípios que estavam com graves dificuldades financeiras; aqui na nossa proximidade, o município de Poiares foi um dos municípios que recorreu ao Fundo de Apoio Municipal para ter um financiamento de prazo dilatado, muito mais dilatado do que é habitual para os financiamentos bancários, se a memória não me falha foi um financiamento a 30 anos. No fundo, o que aconteceu, foi que todos os municípios contribuíram e estão a contribuir para o capital do Fundo de Apoio Municipal, que é depois utilizado para além dos municípios, o próprio Estado tem também uma percentagem neste Fundo que é depois utilizado para apoiar situações críticas como a que referi, no apoio aos municípios endividados e também, mais recentemente, será também um instrumento de financiamento da reconstrução das habitações não permanentes; será através do FAM que será feito esse empréstimo aos municípios. Ao nível das viaturas, são viaturas relacionadas com a remodelação da frota municipal. Os apoios para os



RPALWS

Assembleia Municipal

Bombeiros reflectem aquilo que é o esforço acrescido decorrente da criação das equipas de intervenção permanente; como sabe os elementos que são contratados pelos Bombeiros de Côja e de Arganil, ao abrigo das Equipas de Intervenção permanente, o financiamento é suportado paritariamente 50% pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e os remanescentes 50% pelos municípios; isso reflecte também esse apoio acrescido, dos municípios e neste caso de Arganil aos seus corpos de bombeiros.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Fernanda Pacheco, o ano passado, quando falámos aqui deste assunto, depois de uma reunião que tivemos com a Senhora Secretária de Estado da Educação, havia, de facto, a perspectiva desta intervenção ser financiada por verbas do Orçamento de Estado e foi isso que na altura nos foi comunicado; à medida que o tempo foi passando fomos insistindo para ter uma solução relativamente a este problema, reconhecendo que a situação em que se encontra a Escola Secundária de Arganil não é a melhor, fomos insistindo para ter uma resposta, aquilo que lhes posso adiantar e resulta de uma reunião que tivemos com a senhora secretária de estado da educação nos últimos 15 dias, é que houve uma alteração de abordagem a este problema, por parte da Secretaria de Estado da Educação, do Ministério da Educação; é expectável que esta intervenção venha a ser apoiada, não com o Orçamento do Estado, como estava previsto, mas com a reprogramação do actual quadro comunitário. A indicação que nos foi transmitida foi que esta intervenção tinha sido já mapeada naquilo que é um processo obrigatório ao nível dos Fundos Comunitários, tinha sido mapeada pelo Governo, que tinha sido remetida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que é quem tem que, formalmente, receber e concretizar esse mapeamento; ainda assim, haverá um processo prévio que passa também pela auscultação das Comunidades Intermunicipais da Região Centro, relativamente às intervenções que estão preconizadas no mapeamento. Viemos com esta informação mas também com a convicção, com a esperança, de que, com esta reprogramação de fundos comunitários possa a intervenção na Escola Secundária de Arganil ser concretizada.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Elisabete Oliveira, é como diz, é a perspectiva e é o espelhar de uma estratégia de investimento que definimos para o concelho, que não termina em 2019 nem se iniciou em 2018; é uma perspectiva de contínua intervenção, de desenvolvimento e aprofundamento de estratégia, de procura de investimento, mas como disse há pouco, acreditando sempre naquilo que é a fibra dos arganilenses enquanto empreendedores e continuo a acreditar muito, sem prejuízo de outros investidores externos que possam apostar no nosso concelho, continuo a acreditar muito naquilo que são os arganilenses, naquilo que é o seu capital de empreendedorismo e naquilo que é o sucesso que têm demonstrado não só no território mas também fora dele. A aposta no Turismo que refere está bem reportada e bem reflectida nestes documentos; quero agradecer as palavras elogiosas que deixou ao trabalho desenvolvido.-----



RPALves

Assembleia Municipal

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Nuno Espinal, sobre o ordenamento florestal, já me referi há pouco. Em relação ao Fundo que foi criado pela Santa Casa da Misericórdia, quero reconhecer e aplaudir a iniciativa que tiveram em Vila Cova, de submeter uma candidatura no âmbito deste Fundo; nós próprios, autarquia, temos também uma candidatura submetida, para além de termos prestado apoio a duas Juntas de Freguesia que solicitaram colaboração técnica do município para a elaboração das candidaturas; esperamos que estas intervenções, que são importantes para o território, possam ser apoiadas, no âmbito deste Fundo criado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António Cardoso, agradecer a intervenção sobre o desempenho da autarquia. Sobre o Teatro Alves Coelho e aquilo que são as iniciativas que foram desenvolvidas ou que vão ser desenvolvidas por parte da Misericórdia, naturalmente e como é óbvio, não me compete tecer comentários nem opinar porque nem sequer faço parte da Misericórdia, não integro esta instituição; não conheço o ponto de situação deste processo, mas reitero e repito aquilo que disse há pouco: há uma negociação que vem sendo aprofundada há largos meses, relacionada com o Teatro Alves Coelho, há já um estudo preliminar de definição estratégica daquele espaço que foi elaborado pelo município e que foi submetido à apreciação da Misericórdia e que mereceu a aprovação da mesma; estamos a trabalhar, nomeadamente naquilo que tem a ver com a elaboração do projecto de execução que acolha também aquilo que são os princípios definidos neste Programa Preliminar, para que, quando a reprogramação dos fundos acontecer, nomeadamente aqueles que estão direcionados para a reabilitação urbana, possamos estar na linha da frente dessa oportunidade. Volto a dizer que trata-se de uma intervenção que previsivelmente se aproxima, do ponto de vista do esforço financeiro, de dois milhões de euros, é necessário garantir recursos para que ela seja realizada, este tipo de intervenções não se fazem, infelizmente, eu também gostava, com intenções, se fossem com intenções estavam os problemas todos resolvidos, e aquele também; para além das intenções é necessário recursos e, como é óbvio, numa perspectiva responsável de fazer uma intervenção garantindo os recursos necessários; é nisso que estamos a trabalhar, considerando que o ano de 2019 e particularmente o final do primeiro semestre, será determinante nesta matéria.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “apenas para esclarecer uma questão: não me referi, em nenhuma situação, aos empresários que trabalham em Arganil, que investem, acho que são uns heróis; acho que a atitude deve ser no sentido de estabelecermos estratégias de discriminação positiva para eles e salvaguardá-los, protege-los, apoiá-los, e com isso dar um bom exemplo para poder chamar mais. O que falei da insipiência da actividade empresarial no contexto regional não tem a ver com rotulagem de quem investe no concelho nem o senhor Presidente tem o direito de fazer essa associação. O que digo é que, no contexto regional, e não inventei nem é opinião minha, foi numa publicação, o número de



RPALus

Assembleia Municipal

população activa, número de empregos criados, e se me diz que cresceram de 2016 para 2017, ótimo, espero que cresçam para 2019, para 2020 e por aí fora; o que digo é que há ainda um caminho a trilhar e há ainda ideias a ter, e nós também não temos as respostas todas deste lado, para tentar fazer crescer o número de população activa, empregada no concelho de Arganil, porque isso subentende também o número de pessoas que se fixam e pode começar a inverter de alguma forma o marasmo, o inverno demográfico.-----

-----Em relação a outra questão, estou muito mais sereno depois da sua explicação, acerca da reafectação de verbas; não é alfinetada nenhuma é mesmo uma preocupação; se me diz que os outros municípios estão pior do que nós, na execução física da reabilitação urbana, no âmbito dos PARU, muito bem, confio em si, não vejo por que razão estivesse a dizer uma coisa que não é verdade, não vou precisar de conferir, confio em si e fico sereno de que a reafectação de verbas vai ser uma boa notícia para Arganil.-----

-----Sim, tive muito tempo para ver o Orçamento e peço que me faça a justiça de considerar que o li.”-----

1 - GOP - Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano de 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, que se dá por reproduzido e que, depois de rubricado, vai ser arquivado na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano ascende a 17.719.114,00€.

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2019, deliberou-se, por maioria, com 6 votos contra, 6 abstenções e 17 votos a favor, aprová-lo.

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

2 - Orçamento de Receita e Despesa, Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Orçamento acima referido, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.

-----Nele se consigna, nomeadamente, que se estima o montante total de receitas em 23.101.901,00€, sendo 12.661.105,00€ de receitas correntes e 10.440.796,00€ de capital e o montante das despesas em 23.101.901,00€, sendo 12.156.500,00€ de despesas correntes e 10.945.401,00€ de capital.



RPALWS

Assembleia Municipal

-----Terminada que foi a análise do Orçamento do Município para o Ano Financeiro de 2019, bem como do respectivo mapa de pessoal que o acompanhava nos termos do nº 2 do art. 4 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, deliberou-se, por maioria, com 7 votos contra, 4 abstenções e 18 votos a favor, aprová-lo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----A Senhora Deputada Municipal Maria José das Neves Fernandes Silva, saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

3 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos – c), do nº 1 do art. 6º. Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, aprovar a Assunção de Compromissos Plurianuais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

4 - Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos imóveis no ano de 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/186, datada de 10/10/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** para dizer que “fazendo um reflexo não só do ponto 4, mas daquilo que é o que levamos à votação nos pontos seguintes, que tem a ver com a estratégia em termos fiscais deste executivo, gostava de fazer nota da capa de um dos jornais diários de hoje, que, não sendo propriamente aquilo que levamos a votação, acho que não deixa de ser interessante analisar, que diz “Fisco saca cinco milhões por hora, recorde de pressão fiscal em 2018, défice histórico à custa do aumento da cobrança de impostos, carga tributária subiu 5.4% muito acima do crescimento económico”. Acho que isto é relevante e acho que longínquos vão os tempos da dita carga fiscal recorde a que Passos Coelho obrigou este país e acho que aquilo que hoje vestimos não é um colete muito mais fácil de carregar do que aquele do passado, segundo imposições, na altura, da intervenção da TROIKA.-----



RPALus

Assembleia Municipal

-----Faço esta intervenção em relação àquilo que é a fixação dos impostos que o município deve fixar e coloco as seguintes questões: não sei se sabem qual é a percentagem dos municípios que aplicam o código para 2018, o IMI mínimo definido por lei; foram cerca de 46% de municípios portugueses que fixaram como mínima; a percentagem dos municípios que fixou, em 2018, derrama 0% é de 34% dos municípios; a percentagem dos municípios que abdicou, em 2018, da totalidade do IRS a que têm direito é de cerca de 8% dos municípios portugueses. E agora questiono se sabem, ou se têm noção, qual a percentagem de municípios portugueses que, em simultâneo, fixou o IMI mínimo definido por lei, abdicando da totalidade do IRS a que tem direito e fixando derrama 0%? Estamos a falar de 5% dos municípios portugueses. Isto, segundo dados que estão publicados no site da Autoridade Tributária.-----

-----Coloquei estas questões e apresentei estas respostas, para que possamos mais facilmente concluir que, em questões fiscais, o nosso executivo municipal volta a propor a esta Assembleia que aprove algo que é ser uma das poucas exceções a nível nacional e ser exemplo único a nível distrital. Com esta atitude voltamos a verificar que há vontade do actual executivo em deixar o rendimento disponível o mais possível na mão das pessoas e das empresas deste território, atitude que creio todos reconhecemos como sendo muito positiva, quer para as pessoas e empresas que estão implementadas, quer para as pessoas e empresas que possam vir a instalar-se em Arganil. Atitude esta que, aliada a tantas outras, permitiu a recente distinção enquanto autarquia familiarmente mais responsável pelo segundo ano consecutivo. Aproveito também esta intervenção para dizer ainda algo que julgo ser necessário ser dito: nós que assumimos a responsabilidade de integrar esta Assembleia, caso fôssemos eleitos, e que hoje a compomos, temos obrigação de ser veículo da informação para a sociedade que nos rodeia; tendo por base que em reunião de Câmara todos os pontos foram votados por unanimidade, e que é expectável que assim aconteça também nesta sessão da Assembleia, pois creio não haver dúvidas quanto ao interesse em aprovar estes pontos, acho que podemos ver esta como uma decisão de todos. Sendo uma decisão de todos, é imperial que nós, que aceitámos fazer parte de um grupo privilegiado de pessoas, no que ao acesso à informação diz respeito, devamos ser capazes de expor a quem nos rodeia aquilo que é feito neste concelho em termos fiscais e que o torna uma das exceções a nível nacional. Estes que aparentam ser pequenos detalhes, têm que ser convertidos por nós em grandes pontos de diferenciação face a outros concelhos, para que possamos ver evoluir o concelho em termos populacionais, no sentido que é desejado por todos. Os resultados positivos, caso existam no futuro, serão mais que partidários, serão de todos, serão de Arganil.-----

-----Senhor Presidente, ao executivo digo que, na minha opinião, as decisões tomadas no que a esta matéria diz respeito, vão no sentido correcto; mas digo também que não nos devemos poupar esforços para que esta informação seja do conhecimento de todos. Digo isto porque me impugno naqueles a quem no passado



RPALuz

Assembleia Municipal

esta informação nunca chegou; muito pela minha falta de interesse, é um facto. Mas tem que chegar, até mesmo aos mais desinteressados; e porquê? Porque o que está a ser feito é verdadeira diferença; não é regra, é uma excepção.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “para associar o Partido Socialista a esta fixação da taxa de IMI e sublinhar que sempre foi a nossa intenção de que assim acontecesse; vejo com bons olhos que este tipo de intervenções possa ser realmente publicitado, difundido e que possa servir, como disse o Christophe, de bandeira que, em conjunto com outras estratégias, as tais que falamos e que falámos e temos que pôr as cabeças todas juntas a trabalhar, que possam realmente contribuir para resolver o marasmo que o senhor deputado António Cardoso falou há pouco, e avançar. Por essa razão vamos votar a favor destas propostas.”-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar aos imóveis no ano de 2019, da seguinte maneira:-----

-----Fixar a taxa a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 112º (prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI) em 0,3%.-----

-----Deliberou-se ainda, por unanimidade, de acordo com o artigo 112-A do Código do IMI, alterado pela Lei nº 51/2018, de 16 de Agosto, o seguinte:-----

-----a) a redução de 20€ para famílias com um dependente a seu cargo.-----

-----b) a redução de 40€ para famílias com dois dependentes a seu cargo.-----

-----c) a redução de 70€ para famílias com três dependentes, ou mais, a seu cargo.--

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

5 - Fixação da Taxa de IRS para 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/180, datada de 08/10/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, que o Município abdique dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS no concelho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019. Apreciação e votação.-----



RPA

Assembleia Municipal

-----Presente a informação INF/DAGF SF/185, datada de 10/10/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para dizer que “gostava de saber qual é o valor que esta taxa dá para o Município.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “oportunamente a Câmara dar-lhe-á nota desse valor, uma vez que o valor que está aqui é previsional.”-----

-----O Senhor deputado municipal **António João Lopes** disse ainda que “pode ser o número do ano anterior; quanto é que se recebeu?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “devo dizer que não tenho de memória todos os números desta casa; sei que são 0,25% daquilo que os consumidores gastarem de comunicações telefónicas; é disso que estamos a falar. Poderei facultar-lhe essa informação com rigor; durante a próxima semana darei indicação aos serviços para lha remeterem.”-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2019, em 0,25%.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

7 - Fixação da Taxa de Derrama para 2019. Apreciação e votação.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/179, datada de 08/10/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a fixação da Taxa de Derrama em 0%, para o ano de 2019.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

8 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato Programa nº 2/2017 celebrado com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/214, datada de 21/11/2018, da técnica superior Lúcia Coimbra, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----



RPALWS

Assembleia Municipal

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa n.º 2/2017 celebrado com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

9 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato Programa n.º 36/2018 celebrado com a Freguesia de Pomares.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/213, datada de 21/11/2018, da técnica superior Lúcia Coimbra, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa n.º 36/2018 celebrado com a Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

10 - Apreciação e votação da actualização da lista de edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo n.º 1 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 130/2017.-----

-----Presente a listagem dos edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente, abrangidos pelo n.º 1 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 130/2017, bem como a informação INF/DGU/720, datada de 12/12/2018, do técnico superior António Pedro Simões que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a lista dos edifícios situados nas áreas de reconstrução urgente.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

11 - Apreciação e votação da Actualização da Lista de Edifícios, ao abrigo da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios do mês de Outubro de 2017.-----



RPA lus

Assembleia Municipal

-----Presente um exemplar da Lista de Edifícios, ao abrigo da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios do mês de Outubro de 2017, bem como a informação INF/DAGF SF/238, datada de 13/12/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a lista dos edifícios ao abrigo da Isenção da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar no ano de 2018, referente aos imóveis afectados pelos incêndios do mês de Outubro de 2017.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

12 - Transferência de Competências para as Autarquias Locais - Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto. Apreciação e votação.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/345, datada de 13/12/2018, da técnica superior Helena Santos, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Decorrente da publicação da Lei nº 50/2018, de 16 de Agosto, – Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – e das alterações resultantes da Lei nº 51/2018, de 16 de Agosto ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:-----

-----Em 16 de Agosto do corrente ano foi publicada, na 1ª série do Diário da República, a Lei nº 50/2018 – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; -----

-----Nos termos do disposto no nº 1 do art. 4º daquela Lei-quadro “A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.”; -----

-----De acordo com o nº 3 dessa disposição legal “Todas as competências previstas na presente lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de Janeiro de 2021, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 40º”, isto é, a possibilidade de prorrogação dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados previamente à entrada em vigor da referida lei e até à data em que as autarquias locais ou entidades intermunicipais assumem as competências delegadas; -----

-----Determina o nº 3 do art. 5º da referida Lei-Quadro que: “são inscritos, nos Orçamentos do Estado dos anos de 2019, 2020 e 2021, os montantes do Fundo de Financiamento da



RPALuz

Assembleia Municipal

Descentralização que incorporam os valores a transferir para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que financiam as novas competências.”; -----

-----Estabelecem ainda os arts. 7º e 8º daquela Lei-Quadro que: os bens móveis e imóveis afetos a áreas cujas competências são transferidas para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais passam a ser geridos pelos mesmos, a definir por Decreto-Lei, e que os diplomas legais de âmbito setorial que irão ser aprovados indicarão os mecanismos e termos de transição dos recursos humanos afetos às competências transferidas; -----

-----As competências que a referida Lei-Quadro transfere para os Municípios, nos termos do disposto nos seus arts. 11º a 28º e 35º, são as seguintes: educação; ação social; saúde; proteção civil; cultura; património; habitação; áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; praias marítimas, fluviais e lacustres; informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas; transportes e vias de comunicação; estruturas de atendimento ao cidadão; policiamento de proximidade; proteção e saúde animal; segurança dos alimentos; segurança contra incêndios; estacionamento público; modalidades afins de jogos de fortuna e azar; e justiça; -----

-----Até à presente data foram publicados, na 1.ª Série do Diário da República, os seguintes diplomas legais setoriais que concretizam a transferência das seguintes competências para os Municípios:-----

-----1) Decreto-Lei (DL) nº 97/2018, de 27 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integrados no domínio hídrico do Estado; -----

-----2) DL nº 98/2018, de 27 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; -----

-----3) DL nº 100/2018, de 28 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; -----

-----4) DL nº 101/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da justiça; -----

-----5) DL nº 103/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários; -----

-----6) DL nº 104/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios: da instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; da instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; e da instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes; -----

-----7) DL nº 105/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação; -----

-----8) DL nº 106/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público; e -----

-----9) DL nº 107/2018, de 29 de Novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. -----

-----No que se refere à produção de efeitos dos citados Decretos-Lei, todos os diplomas legais estabelecem expressamente que a sua produção de efeitos se inicia a 01 de Janeiro de 2019; -----

-----No entanto, todos os referidos Decretos-Lei determinam/ressalvam o seguinte: “Relativamente ao ano de 2019, os municípios que não pretendam a transferência das



RPALus

Assembleia Municipal

competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei (cfr. art. 13º do DL nº 97/2018; art. 9º do DL nº 98/2018; art. 14º do DL nº 100/2018; art. 10º do DL nº 101/2018; art. 6º do DL nº 103/2018; art. 21º do DL nº 104/2018; art. 17º do DL nº 105/2018; art. 16º do DL nº 106/2018 e art. 12º do DL nº 107/2018).-----

-----Resulta da disposição legal transcrita - transversal a todos os Decretos-Lei até ao momento publicados e anteriormente identificados - que o Município tem um prazo de 60 dias seguidos após a entrada em vigor dos Decretos-Lei para comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação da Assembleia Municipal, a intenção de não exercer as competências transferidas nos diplomas legais, o que significa que, se nada for comunicado à referida Direção-Geral entende-se que o Município pretende exercer, isto é, aceita as competências transferidas.-----

-----Considerando finalmente que:-----

-----O DL nº 97/2018 e o DL nº 98/2018, ambos publicados em 27 de Novembro de 2018, entraram em vigor no dia 02 do corrente mês de Dezembro e o prazo para o Município comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação da Assembleia Municipal sobre essa matéria, a intenção de não exercer as competências transferidas nos referidos diplomas legais, termina em 31 de janeiro de 2019;-----

-----O DL nº 100/2018, foi publicado em 28 de Novembro de 2018, entrou em vigor no dia 03 do corrente mês e o prazo para comunicar à Direcção-Geral das Autarquias Locais a não aceitação/assunção da competência termina em 01 de fevereiro de 2019; e-----

-----Os DL's nº 101/2018, 103/2018, 104/2018, 105/2018, 106/2018 e 107/2018, todos publicados em Diário da República a 29 de Novembro de 2018, entraram em vigor no dia 04 do corrente mês e o prazo para comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais a intenção de não exercício das competências previstas nos mesmos termina em 02 de fevereiro de 2019.-----

-----Sintetizando, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:-----

-----Face ao exposto e atendendo que os citados diplomas legais – DL's nº 97/2018, 98/2018, 100/2018, 101/2018, 103/2018, 104/2018, 105/2018, 106/2018 e 107/2018 – concretizam a transferência para os Municípios de competências nas áreas: das praias marítimas, fluviais e lacustres; modalidades afins de jogos de fortuna e azar; vias de comunicação; justiça; proteção civil (apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários); estruturas de atendimento ao cidadão; habitação; património imobiliário público e estacionamento público - já se encontram em vigor, estando neste momento a decorrer o prazo para os Municípios comunicarem que não pretendem exercer as competências previstas nos mesmos, cumpre-me informar que, caso seja essa a intenção do Município de Arganil, deverá V. Exa. submeter a proposta de não pretender exercer as competências transferidas nesses diplomas legais à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal em data anterior a 31 de janeiro de 2019 – por referência ao limite do prazo dos primeiros DL's que entraram em vigor – de modo a poder efetuar a comunicação à Direcção-Geral das Autarquias Locais até essa data, sob pena de se considerar que o Município de Arganil pretende exercer aceita as competências previstas nesses Decretos-Lei.-----

-----É quanto me cumpre informar.-----

-----À consideração Superior.”-----



RPALWS

Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “a minha intervenção é uma intervenção pragmática, não do ponto de vista do princípio; do ponto de vista pragmático, aquilo que estamos a constatar, na sequência daquilo que foi o acordo celebrado entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, é um pacote de descentralização de competências para os Municípios, que, até 1 de Janeiro de 2021, serão transferidas de forma universal para todas as autarquias; é concedida aos municípios a faculdade de não assumirem estas competências de imediato, e terem este intervalo temporal para se prepararem para o fazer. daquelas que já são conhecidas, estamos a falar de competências que implicam um nível de responsabilidade, um nível de intervenção acrescido, implicam também conhecer paralelamente, quais são os meios financeiros que estão previstos para concretizar estas competências; e, em relação aos meios financeiros, nada se sabe. Ao mesmo tempo, como é obvio, é necessário preparar uma autarquia como a de Arganil, e que não será uma realidade diferente das restantes autarquias do país, nomeadamente aquelas que estão em zonas de baixa densidade, como é o nosso caso, é necessário preparar as autarquias para terem músculo técnico, para terem capacidade técnica, para poderem assumir estas novas responsabilidades, nomeadamente naquilo que tem a ver com a reorganização dos serviços. Este assunto foi apreciado na Câmara Municipal e foi objecto de decisão por unanimidade, e a proposta da Câmara é no sentido de não se aceitarem as competências decorrentes da Lei 50/2018, de 16 de Agosto; de não se aceitar, para já, a transferência destas competências.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **André Vicente** para referir que “o governo, com a viabilização do PS e do PSD, aprovou uma lei-quadro da transferência de competências para as autarquias.-----

-----É importante fazer um ponto prévio. Nós concordamos com o princípio da descentralização, tendo em conta que os órgãos locais, pela proximidade que apresentam, têm uma maior capacidade para responder às necessidades da população e para gerir os vários equipamentos do seu território. Este parece-nos ser um objectivo importante a atingir, até porque há bons exemplos actualmente, nomeadamente na área da educação, na gestão dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo.-----

-----Estando de acordo com o princípio, isso não significa que estamos de acordo com a forma. Há várias questões aqui complexas e pouco claras que nos deixam receosos, principalmente a questão financeira.-----

-----Pode-se ler no ponto 3 do artigo 80º da lei das finanças locais (que foi actualizada em Agosto deste ano) que “Os recursos (...) são distribuídos de acordo com o previsto nas respectivas leis e decretos-lei de âmbito sectorial relativos às diversas áreas a descentralizar”.-----



Assembleia Municipal

-----Ora, depois de lermos cada um dos decretos-lei sectoriais que já foram aprovados, não é claro o montante atribuído e, não sendo claro o montante, parece-nos muito pouco cauteloso aprovar a descentralização dessas competências sem perceber se o município tem a capacidade financeira para as executar. Fazê-lo seria um *leap of faith*, uma expressão que me parece que exemplifica muito bem o nosso ponto.-----

-----Aprovar esta descentralização sem perceber melhor todas estas questões não nos parece ser a melhor forma de agir em favor daquilo que é a prestação dos serviços públicos e, nesse sentido, em favor do interesse público. Pelo facto de ter sido aprovado por unanimidade na reunião de câmara, acredito que esta também seja a leitura dos vereadores da oposição e, portanto, aparentemente, todos partilhamos as mesmas preocupações.”-----

-----Apreciado e discutido o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, aprovar a proposta da Câmara Municipal, ou seja, que o Município não pretende exercer as competências previstas no DL nº 97/2018, de 27 de Novembro; DL nº 98/2018, de 27 de Novembro; DL nº 100/2018, de 28 de Novembro; DL nº 101/2018, de 29 de Novembro; DL nº 103/2018, de 29 de Novembro; DL nº 104/2018, de 29 de Novembro; DL nº 105/2018, de 29 de Novembro; DL nº 106/2018, de 29 de Novembro e DL nº 107/2018, de 29 de Novembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

13 – Proposta da Revisão Orçamental nº 3/2018. Apreciação e votação.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/244, datada de 20/12/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** explicando que “como já resulta, de certa maneira, dos apontamentos que foram sendo efectuados no decurso desta Assembleia, basicamente o que pretendemos é tornar aquilo que era uma expectativa para o ano de 2018, reformular essa expectativa para aquilo que são as circunstâncias. Penso que, exemplos como aquele que referi na intervenção sobre o Orçamento e o Plano, como é o caso das infra-estruturas públicas destruídas pelos incêndios, em que contávamos claramente que durante o ano de 2018 fosse possível que os contratos de financiamento fossem celebrados, aliás, recordo que relativamente aos incêndios de Pedrógão de Junho de 2017, os contratos de financiamento foram celebrados em 29 de Dezembro de 2017, com intervalo temporal de seis meses, estávamos, no momento em que preparámos o Orçamento e o Plano para 2018, muito longe de pensar que haveria de acontecer um atraso tão grande nestas candidaturas, na apreciação das candidaturas, e nos meios



Assembleia Municipal

financeiros para as podermos concretizar. No caso de Arganil, como perceberam, o valor é muito significativo, também tem muita expressividade do ponto de vista absoluto e do ponto de vista percentual no Orçamento de 2018 e não faz sentido manter algo que sabemos que não acontece em 2018, manter estas situações no Orçamento e no Plano do ano em curso. Tal como não faz sentido mantermos a rubrica relativa às intervenções das estabilizações pós incêndio, que também pelas razões que referi, acabam por não ter qualquer tipo de execução em 2018. No fundo, a nossa pretensão com esta revisão é de tornar um documento mais consentâneo com aquilo que foi a realidade dos factos com que nos confrontámos no ano de 2018. Estava muito longe de ser a expectativa que tínhamos quando elaborámos estes documentos.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal Miguel Pinheiro para dizer que “achámos que a justificação anexa a esta alteração era nula ou incipiente; o enquadramento político e estratégico que o Senhor Presidente apresentou agora não fazia parte da informação anexa a esta alteração; julgo que também não justifica a totalidade da revisão feita, nomeadamente ao nível dos valores, o que comprova, isso sim, é que estamos perante um exercício contabilístico e comprova também o vício do empolamento dos Orçamentos, como eventualmente acontece com o que nos foi apresentado hoje. Isto tem também o efeito de, daqui a uns meses, quando falarmos da conta de gerência e da execução do Orçamento, possa aparecer um número mais simpático. Por essa razão vamos votar contra, no seguimento do que já aconteceu na reunião de Câmara.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “eu recebi duas propostas de trabalhos, uma de 14 de Dezembro e outra de 19 de Dezembro, mas nenhuma delas tem este ponto; ainda há uma terceira?”

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** explicando que “senhor deputado, foi remetida uma proposta porque houve um lapso na proposta que recebeu no dia 19, que foi remetida no mesmo dia, pois houve um lapso na transposição e foi novamente enviada nesse dia; pelos vistos ainda havia mais um lapso das actas; como Presidente da Assembleia Municipal, assumo essa responsabilidade.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 votos contra e 20 votos a favor, aprovar a Revisão Orçamental nº 3/2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

14 – Para conhecimento – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 2018, no âmbito da Autorização Prévia



RPALus

Assembleia Municipal

genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/358, datada de 19/12/2018, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15 – Para conhecimento – Proposta de prorrogação do prazo de candidaturas para a atribuição de apoios à Reconstrução de Habitações Não Permanentes.---

-----Presente a informação INF/DAGF/289, datada de 19/12/2018, do técnico superior Ricardo Barata, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

16 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao periodo de 01/01/2018 a 30/12/2018, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** “para chamar a atenção para o Relatório da Actividade do Município, que é enviada; há serviços que nos enviaram as actividades que tiveram, não entre as Assembleias, mas do periodo anterior, ou seja, as Obras Municipais enviaram de Junho a Agosto, a Administração Directa de Junho a Agosto, o Contencioso de Junho a Agosto, a Protecção Civil de Junho a Agosto, o Gabinete Técnico Florestal também a actividade de Junho a Agosto e a Juventude também de Junho a Agosto; temos aqui alguma discrepância entre alguns sectores que enviaram até ao final de Novembro e outros que não enviaram entre Setembro e Novembro, mas sim de Junho a Agosto; quero só pedir para que haja um pouco mais de atenção em relação a isso.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

Ricardo Pereira Alos

Odete Fernandes